

Caderno de Literatura

Porto Alegre | Novembro de 2009 | Ano XIII | nº 18



AJURIS
Associação dos Juizes
do Rio Grande do Sul

Sumário

Lenine Nequete, um homem à frente do seu tempo	4
Livros e artigos publicados	7
À Florbela Espanca	8
Operoso Intelectual	9
Artigo publicado no jornal <i>O Timoneiro</i>	10
A Revista da Ajuris	11
Os livros <i>Da prescrição aquisitiva</i> e <i>Da passagem forçada</i>	13
Os livros sobre a História do Poder Judiciário	14
Nequete e Eça de Queiroz	17
Lenine Nequete e a Faculdade de Direito da Unisinos	19
O livro <i>Filosofia e História</i>	21

Prosa

Os retratos humanos representados em <i>O cortiço</i>	24
Cortina de fumaça	28
Adão, Eva e outras criaturas	29
Populário Musical no Sul - III	35
Os outros que miram as ruínas	39
O lado lúdico da vida	40
Brincadeira de criança	42
A cidade dos Sem-coração	43

Poesias

O silêncio do Poeta:	
“no hay presagio más fiable que la muerte”	44
O linguajar gauchesco	46
Que bom coração	47
Do tempo e do amor	47
Remanescente	48
Caminhos	48
Quem sabe	49
Santo seio	49
Cansei	50
À vida	51
Inverno	51

Artes

Arte	52
Texto dramático:	
caminhos entre a literatura e a dramaturgia da cena	53
Fotografias de Renata Biglia	57
Roseli Deon	58
Cultura Polonesa: Artesanato & Lendas	60
As relações da memória	62
Dados biográficos dos colaboradores	63



É Literatura e é Direito

Está em andamento o Projeto de Pesquisa intitulado “É Literatura e é Direito”, parceria do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - e da AJURIS. Este projeto visa estudar a interface Direito e Literatura, de modo a refletir sobre as possibilidades de cruzamento entre estes dois saberes. O projeto prevê o diálogo entre os profissionais das duas áreas, procurando discutir temas afins, cujos frutos serão entrevistas, seminários, publicações em geral, sempre com o propósito de dar relevância aos pontos comuns destas duas áreas que são mais próximas do que se supõe. Coordenado pelo professor Dr. Ruben Daniel Méndez Castiglioni, conta com a participação das professoras Drs. Jane Tutikian e Márcia Ivana de Lima e Silva, pela UFRGS, e do Dr. José Carlos Laitano, pela AJURIS.

Márcia Ivana de Lima e Silva,
R. D. Castiglioni

Editorial

Este número é o último da atual gestão. O Caderno de Literatura, que vinha sendo editado uma vez ao ano, dobrou sua presença e estão previstas três edições para o próximo ano. Em cinquenta anos de vivência cultural, nunca tive tanta grana para o fazer cultural. Nesse ponto, devo reconhecer que a atual administração, Carlos Cini Marchionatti, Presidente, e Vanderlei Deolindo, Vice Cultural, deram o apoio que os artistas pedem a Deus: jamais o não, sempre o sim, para as boas ideias.

Como diretor do Departamento Cultural, estou realizado. Por todos os projetos que estamos fazendo acontecer. No caso de Caderno de Literatura, conseguimos formar um grupo de trabalho altamente qualificado, desde Wilson Rodycz, editor, como Daniel Castiglioni, Jose Nedel, Márcia Ivana Lima e Silva, Sônia Heinz, Mônica Ruschel e Myriam Dutra. Um grupo de artistas e intelectuais para ninguém botar defeito.

Lenine Nequete, o conheci quando eu era funcionário do Tribunal de Justiça. Um homem simples, cordato, acessível. Quando sugeri o seu nome para tema deste Caderno, pensava na sua figura humana, um magistrado que permitia a aproximação das pessoas, da minha pessoa, um simples funcionário, um jurisdicionado. Mas, a cada dia de pesquisa, mais e mais surpresas: Nequete foi um homem do tamanho do mundo, de realizações imensas. E a última descoberta foi o único poema que sobreviveu e está publicado aqui. Além de todos os títulos, Nequete foi um poeta maior. Sua grandeza de alma, sua grandeza espiritual, sua grandeza intelectual, sua grandeza como juiz inserido na comunidade, exemplo para todos nós, foram negadas por ele mesmo, considerando-se sem importância, com a simplicidade de um São Francisco de Assis. Tanto que, antes de morrer, queimou toda a sua produção literária. Não tinha esse direito, subtraiu-nos a sua alma. E como precisamos, hoje em dia, da alma de pessoas como Lenine Nequete!

Com muito amor, muita dedicação, com toda a nossa alma, a equipe do Caderno de Literatura diz a você: bom proveito!

José Carlos Laitano
Diretor do Departamento Cultural

Carta aos leitores

Aos leitores:

Esta publicação literária chega ao número dezoito! Certamente, esse fato é auspicioso por si mesmo. Mais ainda se atentarmos que se trata de uma publicação dirigida por magistrados, veiculando preferencialmente a produção cultural de juízes, que não têm na literatura sua preocupação primeira. É hora, então, de fazermos um balanço. Certamente, há um rol de aspectos a corrigir e a melhorar, mas não é pequeno o espectro virtuoso do empreendimento. Ao longo desses anos, muitas pessoas deram o melhor de si para que o Caderno de Literatura se tornasse o que é. Além dos Presidentes da AJURIS e dos Vice-Presidentes Culturais do período, dois diretores do Departamento Cultural merecem destaque: José Carlos Laitano e José Adelar Finatto. Para marcar esse momento, está sendo preparada uma coletânea de textos que será editada oportunamente. O que se pode dizer é que estamos prontos para o futuro, esperando receber sempre a contribuição dos leitores, sobretudo, dos associados da AJURIS, no sentido de aprimorar sempre o nosso Caderno de Literatura.

Neste número, estamos destacando a pessoa e a obra de LENINE NEQUETE. Como os leitores verão nas páginas que se seguem, além de magistrado competente e exemplar, Lenine se dedicou à pesquisa sobre a história do Poder Judiciário, destacando-se como um pioneiro. Além de livros sobre temas jurídicos, enveredou pela literatura – um especialista em Eça de Queiroz, respeitado até em Portugal! – e pela filosofia. A criação da Revista da AJURIS e da Faculdade de Direito da Unisinos se inclui entre as suas realizações. Estamos resgatando um pouco da sua história.

Além disso, como sempre, publicamos textos em prosa e em poesia, bem como pinturas e outras produções artísticas de juízes e colaboradores.

Wilson Carlos Rodycz

Um homem à frente do seu tempo

Wilson C. Rodycz & R. D. Castiglioni

Com base em entrevista concedida por Eunice Nequete
Gravada e decupada por Fabiana Betat

Lenine Nequete foi magistrado, professor, pesquisador, escritor, idealizador e criador de instituições. Por onde passou, deixou a sua marca. Criou a Revista da AJURIS e plantou a semente da Mútua; na Unisinos, a Faculdade de Direito e a Revista "Estudos Jurídicos"; no Judiciário, deixou como legado as pesquisas sobre a História do Poder; e em Canoas, a comarca em que por mais tempo jurisdicionou, homenageou-o com nome de rua. Foi autodidata em História e literatura, bacharel em Filosofia e em Direito; foi professor da Unisinos e Livre-Docente da UFRGS. Lenine era filho de Abílio e Rafaela, casado com Rita Rosália Ferreira Nequete, pai de Eunice e Paulo.

Em entrevista concedida ao Caderno por sua filha Eunice, Lenine é lembrado como um homem humilde, introspectivo, reservado, que não gostava de homenagens, disciplinado e trabalhador, tendo cultivado, desde muito cedo, senso de responsabilidade social e de justiça. Pai e esposo amoroso, sempre presente na família, educou os filhos estimulando-os e respeitando suas escolhas, mostrando, mais pelo exemplo, os seus princípios. Eunice seguiu o caminho jurídico e do magistério; Paulo, prematuramente falecido, o das artes. "Meu pai era uma pessoa magnânima e generosa com todo mundo. Quando mais à vontade numa roda de amigos, ele era muito falante, mas mais reservado em ocasiões formais." D. Rita Rosália foi parceira nas atividades intelectuais e inspiradora dos filhos. Tem 81 anos de idade. Formada em Letras, foi professora de Literatura da UFRGS. Lenine e Rita se conheceram quando eram militantes políticos. "Meus pais formavam um casal muito afinado, partilhavam o gosto pelas artes, pela política e pela justiça. Ambos professores, apreciadores de boa literatura." Deixaram a militância partidária quando Lenine decidiu ser juiz.

Lenine era muito contrito em tudo o que fazia. Era raro permitir-se um lazer maior. Tinha uma sensibilidade social muito aguçada, herança do período de dificuldades pelas quais passou a família. Começou a trabalhar ainda criança. Conforme seu irmão Édison, "... desde rapazinho, Lenine timbrava em distinguir o justo do injusto. Desde cedo, era vocacionado para a carreira que escolheu. Se me permitem, afirmarei que o rapazote Lenine foi um herói: quando faltou pão em nossa casa, por causa da perseguição dos fascistas a nosso pai, ele foi à luta. Eu o revejo pelas ruas próximas à

Av. Eduardo [atual Av. Presidente Roosevelt] no ofício de entregador de viandas... E era de tal modesto trabalho que a família se livrava da fome..." Isso desenvolveu nele a crença no trabalho como um valor. Para ele, o bem-estar que se goza só é legítimo porque decorrente de esforço próprio. O direito ao trabalho é preponderante; os bens materiais que se têm têm que ser necessariamente frutos do trabalho. Rejeitava o assistencialismo, que im-



Eunice Nequete com a coleção de Eça de Queiroz de seu pai, Lenine Nequete

plica na carência do outro.

Abílio, o pai de Lenine, foi autodidata; D. Rafaela, sua mãe, embora analfabeta, gostava de registrar o que sabia, tendo inventado um alfabeto para si. Eram imigrantes libaneses, tendo se conhecido no Brasil. Abílio influenciou muito Lenine. Desde os dois anos de idade, ensinava-o a ler e a escrever, a calcular, inclusive lhe ensinava a língua francesa; iniciou-o na literatura com *Os Lusíadas*. Depois, Lenine e o irmão Édison estudaram no Colégio Anchieta. Édison vive no Rio de Janeiro, onde é jornalista e diretor de teatro. Abílio notabilizou-se pela participação na fundação do Partido Comunista, do qual se afastou, e tornou-se crítico. Faleceu em 1960, quando trabalhava como professor de francês e administrava uma escolinha de datilografia, que funcionava na sua casa, na antiga Avenida Eduardo.

Lenine não tinha convicção religiosa. Em certa época, teve certo embate com o pai sobre religião, o qual, após largar o comunismo, se converteu ao espiritismo. Lenine não concordava, achando que o mais coerente seria não ter religião alguma. Eunice avalia que seu pai, sem o admitir, era uma pessoa espiritualizada. Diz ter percebido que, no final da vida, ele estava mais aberto para falar sobre religião, sobre um poder maior, sobre forças criadoras, que ele não admitia quando era mais novo.

Além da Justiça, Lenine tinha uma ampla gama de interesses: História, literatura, música, poesia, escultura, desenho e teatro. "Porém, numa das voltas do hospital, ele rasgou todas as poesias e destruiu pequenas esculturas e desenhos. Eu pedi, por favor, que não fizesse isso, mas ele disse que nada daquilo valia a pena. Salvou-se apenas uma que meu tio tinha guardado com ele no Rio de Janeiro, que era um soneto em homenagem a Florbela Espanca. Recentemente, esse soneto foi musicado por Thiago Amud, do Rio de Janeiro."

A carreira profissional

Lenine foi juiz da comarca de Canoas por quinze anos, entre 1953 e 1968. Recusava promoção para comarcas mais distantes devido à carreira da esposa. Foi sendo promovido conforme Canoas ia sendo elevada de entrância. Veio para Porto Alegre em junho de 1968 e se aposentou em junho de 1972, tão logo completou o tempo legal, para se dedicar às pesquisas. Eunice refere ter sentido certo preconceito contra seu pai pelo fato de ele se dedicar a todas essas áreas. Na época, os juízes pensavam que bastava ler a lei e, no máximo, algum precedente jurisprudencial. "Eu

penso que achavam-no dispersivo e, por isso, pode ter sido discriminado. Mas, finalmente, ele foi reconhecido, deixou um nome, deixou uma obra, deixou um legado incomum. Eu fico imensamente feliz de ver que o que ele plantou está produzindo frutos. Talvez pelo fato de ter cursado filosofia, já era mais aberto para estas questões e também se inspirava em juízes-autores, como Benjamin Cardozo."

Um homem de iniciativas, intelectual diferenciado

Lenine tinha uma noção muito clara da necessidade de associação para a proteção e o desenvolvimento das pessoas. Fundou associações culturais, participou da consolidação da AJURIS, contribuiu com a ideia da Mútua, a qual decorreu dos fatos que rodeavam os juízes. Com a morte de alguém, sobrevinham dificuldades. O Estado não podia socorrer. A solução era a soma de esforços: da pequena ajuda de cada um resultaria uma



boa ajuda para aquele momento. Interessava-lhe tudo o que dizia respeito a ensino e cultura. Foi um dos coordenadores do cursinho da AJURIS, quando ainda funcionava no Colégio Rosário; deu início ao Curso de pós-graduação Osvaldo Vergara; fundou, em Canoas, o Instituto Brasileiro-Árabe com o propósito de ser um Instituto Cultural, com cursos de história da arte, de história da música, etc. Antes de ser juiz, Lenine participou da fundação do Partido Socialista; depois que se aposentou, candidatou-se a deputado estadual pelo PMDB, sem sucesso.

Lenine foi o organizador e primeiro Diretor da "Revista da AJURIS". A revista teve como modelo os trabalhos de pesquisa da Faculdade de Direito da UFRGS, onde ele era orientador. A revista era científica; ele, grande leitor, conhecia outras publicações pelo mundo e também deve ter tido dicas de outros pesquisadores. Tinha, ademais, a experiência da "Revista Estudos Jurídicos", da Unisinos.

Conforme Eunice, o curso de Direito da Unisinos foi formatado na casa de Lenine, em Canoas, com o apoio dos dirigentes da Universidade, especialmente dos padres Franz e Rambo. Ele montou o currículo, instituiu a exigência do trabalho de conclusão, escolheu os professores e foi seu primeiro Diretor (1967-1969). Em 1971, lançou a "Revista Estudos Jurídicos", da mesma Universidade, atuando como seu diretor ou redator até 1978.

Pesquisador sério, lançou muitos livros. Um caso complicado de usucapião o fez ver que, para julgar bem, era necessário pesquisar a fundo, que não bastava apenas ler um ou dois casos semelhantes. Nessa pesquisa, extraiu conclusões originais: o instituto da prescrição aquisitiva só se aperfeiçoa em juízo. Assim saiu o seu primeiro livro, *Da prescrição aquisitiva*, em 1954. Lenine deixou inconclusa a atualização desse livro em face do novo Código Civil, que ele rascunhou antes de ficar doente em 1999. Ele também desejava escrever a respeito da Súmula Vinculante, sobre a qual tinha uma posição interessante. Achava que a sua adoção não ia representar perda da independência do juiz. Entendia que a Súmula tinha que se submeter às mesmas regras do precedente no direito americano. Estabelecida a comparação, coincidindo todos os fatores, aplica-se a Súmula, senão, não.

Com o primeiro salário, Lenine começou a comprar livros e nunca mais parou. Sua paixão pelos livros levou-o a utilizar um apartamento para abrigá-los, tal a quantidade. Lia de tudo, mas de quem mais gostava era de Eça de Queiroz. Dele, sabia excertos de cor. Possuía toda a sua obra. Era muito identificado, apaixonado pela temática social de Eça. Gostava de analisá-lo do ponto de vista psicológico. Também apreciava sua visão crítica, a riqueza de seus personagens, sua visão política, e seu estilo. Um dos últimos textos dele a respeito de Eça foi sobre *A tragédia da Rua das Flores*.

As pesquisas para escrever os livros de História do Poder Judiciário e de jurisprudência do tempo da escravidão foram realizadas com muita dificuldade, praticamente sem apoio. Não havia computadores, nem internet, e ele nunca parou de trabalhar. Servia-se de amigos e de cartas. Possuía faro para encontrar informações e documentos. Ele cismava: se tal acontecimento ocorreu em tal data, em tal local, então em tal cidade deve haver alguma coisa... Amigos, principalmente escritores, lhe ajudaram. No Nordeste, Paulo Cavalcanti foi uma das pessoas que lhe alcançou material. Ele também tinha correspondentes em Portugal.

Duas curiosidades sobre livros dizem bem da vida intelectual de Lenine. Já bastante doente, no hospital, leu integralmente a obra *A nervura do real*, de Marilena Chaui. A outra é que ele procurou durante muito tempo a obra *Problems in aesthetics*, de Morris Weitz. Dizia: "É o único livro que está me faltando". Eunice obteve-o num sebo nos Estados Unidos através do site Amazon.com. "Então, parece que ele desistiu: não estava procurando mais nada, já tinha conseguido tudo..."

Lenine sofreu um câncer de pulmão, em cujo tratamento restou atingida a inervação do braço, impedindo-o de escrever à máquina – não usava computador. Depois disso, ficou na dependência de ditar para alguém, limitação que o impossibilitou de produzir mais, pois estava sempre pesquisando, lendo, anotando. Infelizmente,

da prescrição
aquisitiva
(usucapião)

após a sua morte, a maior parte de suas fichas e recortes de jornais foi destruída numa faxina desavisada em seu escritório. Lenine poderia, certamente, ter escrito mais; o que produziu, no entanto, é suficiente para marcar a sua passagem pelos vários setores a que se dedicou. Nas páginas que se seguem, pessoas próximas e especialistas dão o seu testemunho e avaliam a importância da sua obra e da sua vida.

Lenine Nequete

Livros e artigos publicados

- Da prescrição aquisitiva: usucapião.* Porto Alegre: Sulina, 1954. 175 p.
- Itinerário poético de Eça de Queiroz.* 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1970. 61 p.
- Da passagem forçada.* *Estudos Jurídicos* (São Leopoldo), São Leopoldo, v. 1, nº 1, p. 9-81, 1971.
- Da passagem forçada.* São Leopoldo: Estudos Jurídicos, 1971. 80 p.
- Crônica: Os Congressos de Bagé: I Jornada Latino-Americana de Metodologia no Ensino Jurídico e II Encontro Brasileiro de Faculdades de Direito.* *Estudos Jurídicos* (São Leopoldo), São Leopoldo, v. 2, nº 4, p. 81-91, 1972.
- Filosofia e História: uma introdução à história da filosofia.* Porto Alegre: Sulina, 1972. 137 p. (Temas filosóficos e sociais)
- O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência: império.* Porto Alegre: Sulina, 1973, v. 1, 197 p.
- O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência: república.* Porto Alegre: Sulina, 1973, v. 2, 214 p.
- O Poder Judiciário no Rio Grande do Sul: perfil constitucional.* In: *O Poder Judiciário no Rio Grande do Sul: livro comemorativo do Centenário do Tribunal da Relação de Porto Alegre.* Porto Alegre: TJRS, v. 2, 1974, p. 207-331.
- O Poder Judiciário no Brasil: crônica dos tempos coloniais.* Porto Alegre: TJRS, 1975, v. 1, 300 p.; v. 2, 423 p.
- A decisão judicial e a correção monetária.* *AJURIS – Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, v. 2, nº 4, p. 3-13, jul. 1975.
- Alforria 'condicionada' à prestação de serviços: a exemplaridade de um acórdão da relação de Porto Alegre.* *Revista da AJURIS*, Porto Alegre: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, v. 7, n. 20, p. 149-160, nov. 1980.
- Usucapião especial: Lei 6969, de 10.12.1981.* São Paulo: Saraiva, 1983. 124 p.
- Pecúlio para a libertação do escravo e liberalidade de terceiro.* *Revista da AJURIS*, Porto Alegre: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, v. 11, nº 31, p. 7-38, jul. 1984.
- Escravos e magistrados no Segundo Reinado.* Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1988. 242 p.
- O escravo na jurisprudência brasileira. Magistratura & ideologia no Segundo Reinado.* Porto Alegre: TJRS, 1988, 360 p.
- Um parecer de Machado de Assis: sobre a apelação necessária nas causas de liberdade.* *Arquivos do Ministério da Justiça*, v. 41, nº 171, p. 33-39, jan./mar., 1988.
- Prescrição aquisitiva e prescrição extintiva: semelhanças e diferenças. (Homenagem).* *Revista da AJURIS*, Porto Alegre: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, v. 32, nº 100, p. 9-16, 2005.

À Florbela Espanca*

Lenine Nequete

Florbela Espanca, eu te amaria e tanto,
Se os versos teus, tão tristes e magoados,
Alguma vez secassem o meu pranto
E os meus sonhos deixassem orvalhados.

Donzela amada, pálida donzela,
Ai, quanto eu te amaria, pobrezinha,
Se viesses aos meus braços, tão purinha,
Tão frágil, tão mulher, e flor tão bela.

Mas, ai de mim! E quanta sorte a tua,
Que essa tristeza, que a puseste nua
Em teus sonetos, nunca que a dirias;

E, então, Florbela, tu jamais criaras
Essas estrofes, pérolas tão raras,
Sem as quais o que foste não serias.



* Publicado em NEQUETE, Edison. *Herança da luta de Abílio de Nequete*. PORTO ALEGRE: Martins Livreiro, 2008, p. 27.

Operoso Intelectual

Sérgio da Costa Franco

É uma tarefa, penosa por um lado, mas gratificante por outro, poder escrever sobre os amigos mortos, que nos deixaram lembranças agradáveis e exemplos imperecíveis.

Conheci Lenine Nequete em 1946, quando eu estava ingressando na Universidade, e ele era um dos dirigentes da União Estadual de Estudantes. Cabia-lhe a direção do periódico estudantil *Minuano*, onde generosamente estampou meu primeiro artigo de jornal, um "tijolão" que eu não conseguiria inserir senão em alguma revista de História. Tínhamos amigos em comum, frequentávamos a mesma turma do Largo dos Medeiros e do saudoso Café América. Foi por ali mesmo, na subida da ladeira da General Câmara, que Lenine instalou a Cooperativa dos Estudantes de Porto Alegre, a CEPAL. É certo que houve outros co-fundadores, mas só me lembro dele, em pessoa, no atendimento da loja, onde também se produziam apostilas mimeografadas, além de se oferecerem livros com um bom abatimento. Naquele tempo, presumo que recém-fundada, a CEPAL era entidade incipiente e humilde; mais adiante, chegou a ter sede própria e crescido estoque, em prédio da Avenida André da Rocha. O cooperativismo de consumo era uma das bandeiras do Nequete, que, apesar do nome, nunca foi leninista e, sim, um dos fundadores da "Esquerda Democrática", embrião do Partido Socialista Brasileiro. Seu pai era Abílio de Nequete, que foi um dos organizadores do Partido Comunista, em 1922. Pude conhecer pessoalmente esse pioneiro do leninismo no Brasil, quando ele já não tinha nenhuma atividade política e apenas comandava modesta escola de dactilografia na Avenida Presidente Roosevelt, com a qual custeou honestamente os estudos de seus filhos e a manutenção da família. No Colégio Anchieta, fui colega de um irmão do

Lenine, o Edison, que depois brilharia nas lides do teatro. A amizade do Edison me ligava duplamente aos Nequete.

Nos saudosos tempos do Café América e do Largo dos Medeiros, o Lenine brilhava pela sua intimidade literária com a obra de Eça de Queiroz. E como era dono de espantosa memória, recitava para a turma, de cor, páginas inteiras de *A relíquia*, reconstituindo até mesmo a numeração sucessiva das páginas. Nunca mais encontrei quem tanto conhecesse o velho Eça.

Antes que eu me diplomasse em Direito e ingressasse no Ministério Público, Lenine ingressou na magistratura como Juiz de Direito. Nossos caminhos funcionais nunca se cruzaram e só eventualmente nos encontrávamos em Porto Alegre. Mas, já então, Nequete começava a afirmar-se como jurisconsulto e historiador do Direito, instalando os valiosos livros de sua autoria em minhas estantes, donde nunca estiveram ausentes. Desde seu tratado sobre a prescrição aquisitiva (usucapião) até os trabalhos sobre história do Poder Judiciário, no Brasil e no Rio Grande do Sul, nada produziu de frívolo, de repetitivo, ou que fosse cômoda reprodução de estudos alheios, segundo é comum na bibliografia jurídica. Seu estudo sobre o escravo na jurisprudência brasileira é rigorosamente pioneiro na matéria, representando um hercúleo esforço de pesquisa e grande contribuição para a história da ideologia dominante no Império escravocrata. Nequete foi sempre um operoso intelectual, exemplar na modéstia, na seriedade e no esforço de produzir. É indiscutível que não mereceu o destaque e o reconhecimento que merecia, embora tenha sido, eventualmente, professor universitário na área do Direito. Mas nunca se livrou de uma modéstia invencível, que jamais pode triunfar na sociedade em que vivemos, consagrada ao espetáculo e ao cabotinismo.

Lenine Nequete

Oswaldo Moacir Alvarez
Artigo publicado no jornal *O Timoneiro*,
de Canoas, em 28.05.1999



Tomei conhecimento da morte de Lenine Nequete. Muitos não o conheceram. Advogados mais moços, principalmente os atuantes no Foro de Canoas, talvez nem tenham ouvido falar no juiz Lenine Nequete. O passar do tempo tem essa malignidade: não respeita as pessoas e pode levar realizações ao esquecimento. De minha parte, conheci Nequete como Magistrado desta cidade. Agora sei, fui um privilegiado, pois Nequete era uma figura ímpar.

Ao iniciar minha advocacia, tínhamos, em Canoas, somente dois Juizes: Nequete e Darcy Dreon, titulares da primeira e segunda Varas, respectivamente.

Nequete possuía incontáveis qualidades, por mim anotadas como altamente positivas, na Magistratura.

Sempre recebia as pessoas que o procuravam. Com sua maneira peculiar de mexer a cabeça, costas encurvadas, ouvia a todos, inclusive nos corredores e no balcão do cartório, em silêncio, sem jamais comprometer-se. Nunca tentou ser um semideus. A simplicidade e a humildade compunham a sua personalidade. Embora com extraordinários conhecimentos de Direito, jamais utilizou-os para promoção pessoal ou profissional. Era profundamente objetivo nos processos, sempre respeitando, em todos os casos, a ampla produção das provas necessárias e o total direito à defesa. Nunca se preocupou com filigranas jurídicas, procurando não a aparente verdade processual, mas tentando a verdade dos fatos, impondo a verdadeira justiça. Era não um juiz meramente de gabinete, mas um amplo conhecedor de cartório, local onde passava a maior parte do seu dia. Aliás, quantas vezes, ali, sentava-se diante de uma velha máquina de escrever não-elétrica e lavrava suas poderosas sentenças, difícilísimas de reforma. Outra de suas características era o da sua independência, unicamente preocupado em tentar aplicar justiça ao caso concreto. Por incrível que pareça, presenciei Lenine Nequete dirigir três audiências, simultaneamente, mostrando toda sua capacidade de controle, liderança e conhecimento processual.

Não fui seu aluno, na Unisinos. Meu relacionamento com Nequete foi muito superficial, estritamente profissional.

Mesmo assim, quando me aposentei como Juiz do TRF da 4ª Região, disse – e agora repito – Lenine Nequete foi o magistrado-modelo, para mim.

Tentei seguir seus passos de juiz.

Não me arrependo.

Uma última saudação respeitosa ao juiz, professor, escritor e jurista Lenine Nequete.

A Revista da AJURIS

No período de 1974/1976, a AJURIS foi presidida pelo saudoso Des. Bonorino Buttelli e, naquela época, o Departamento Cultural era comandado por essa figura inesquecível chamada Lenine Nequete. Fazia eu parte daquela Diretoria, ocupando o cargo de Vice-Presidente Administrativo e ainda me recordo da reunião em que Lenine, com a sua insuperável capacidade de convencimento, sugeriu o lançamento de uma revista, da AJURIS, que tivesse por objetivo congregar os cultores do Direito e tornasse públicos os seus trabalhos. A ideia foi aprovada e, uma vez obtido o beneplácito da egrégia Presidência do Tribunal de Justiça, na época exercida pelo então Desembargador e depois Ministro do Supremo Tribunal Federal Pedro Soares Muñoz, para que a sua composição, arte, diagramação, impressão e acabamento fossem realizados pela Diretoria da Revista de Jurisprudência e outros Impressos do Tribunal de Justiça, partiu-se para o lançamento do 1º número, o que veio a ocorrer em julho de 1974. Seu Diretor-Responsável, como não poderia deixar de ser, era Lenine Nequete, e no Editorial de lançamento fez constar que:

"... magistrados, advogados, juristas, promotores públicos e quantos, lidadores da lei, comungando dos mesmos ideais, sentem agora mais do que nunca a necessidade de trocar experiências, ver divulgados estudos e oferecidas sugestões para o equacionamento indispensável à solução de problemas, em novas perspectivas, na tarefa que lhes cabe executar. Dentro desses propósitos é que surge a Revista da AJURIS..."

Pretende ser o veículo em que estudos, pesquisas, interpretação e construção do Direito serão divulgados.

Quer ser também amplo e dinâmico 'fórum' de debates..."

E o vaticínio do colega e mestre se concretizou...

Na década de setenta a oitenta, Lenine Nequete, personalidade amável, gentil, inteligente, intelectual racional quase sempre com um sorriso enigmático, concepcionara, criara e semeara com altruísmo inefáveis conhecimentos, ideias e ideais para formação e aperfeiçoamento dos indivíduos, juizes, instituições jurídicas, jurisdicionais e sociais. Impulsionado por suas energias vitais biopsíquicas, cogitara, programara e materializara o nascer e o existir da Revista da AJURIS – na atualidade, com mais de cem edições (114).

A Revista da AJURIS significa *urbi et orbi* a consagração da pujança virtuosa cultural da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, aspirações intelectuais dos magistrados e do Poder Judiciário sulino. Simboliza pelos conjuntos dos conteúdos formais, substanciais dos tópicos, teorias, ensaios e teses, valiosos contribuíres aos pensares, meditações para compreender e procurar equacionar questões complexas e paradoxais como:

– possibilidades ou não dos homens conhecerem a essencialidade da Justiça e do Direito, faculdade negada por Hans Kelsen por considerar problemas insolúveis pelo saber humano;

– o eterno problema do fundamento último da racionalidade jurídica;

– e multitemáticas atuais.

Nas andanças pelos países americanos para colaborar com os instalares de Escolas Superiores da Magistratura, Academias Judiciais, distribuí exemplares. Pelas qualidades intrínsecas dos artigos, causaram admirações e elogios e provocaram ponderações: adquiriria renome universal se fossem também publicadas nas línguas espanhola ou inglesa; geraram interrogares sobre as prerrogativas dos Juizes, da magistratura e do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 1974, no mês de julho, nos rigores do frio dos pampas, nasceu menina lépida e faceira, disposta, desde os seus primeiros passos – talvez melhor fosse dizer primeiras páginas –, a vencer as planícies e os planaltos, a serra e o mar, atravessar as fronteiras do Rio Pelotas e se firmar no cenário nacional e internacional como mulher adulta e guerreira, propagadora do conhecimento, da reflexão, do embate jurídico, das novas ideias.

Trazia em seus genes a personalidade marcante e desbravadora de seu progenitor e idealizador, firmando-se como fonte de pesquisa séria e responsável, em época em que o Direito nos meios acadêmicos mais representava um curso superior de formação de bacharéis, visto por outras áreas do conhecimento como uma espécie de primo pobre, ainda engatinhando no âmbito da pesquisa científica e da pós-graduação.

Mas filha e pai tinham em comum o traço da altivez, da generosidade, do amor ao conhecimento, não se rendendo aos cantos de sereia e aos obstáculos que tiveram, ambos, que enfrentar. Prosseguiram numa jornada que os dias de hoje não apagaram, embora a menina tenha, nesse percurso, ficado órfão de seu criador, emancipando-se como periódico científico. Órfão de seu criador, mas não de suas ideias. De seus propósitos. De sua missão.

A menina? Revista da AJURIS. Seu autor? Lenine Nequete.

Resumidamente, sua história, sempre marcada pela qualidade dos textos de seus colaboradores, pode ser anunciada em traços sig-

nificativos. Assim, nos seus primeiros anos, a edição gráfica era de responsabilidade da Diretoria da Revista de Jurisprudência e Outros Impressos, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

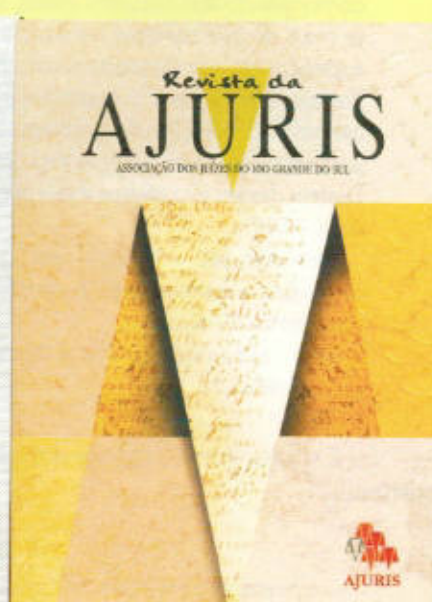
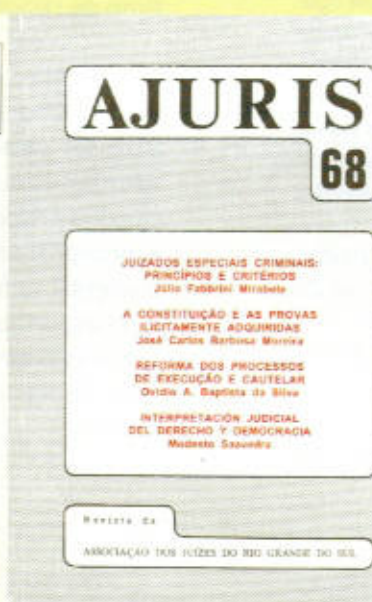
A partir do nº 75, em agosto de 1999, a elaboração da revista e os custos da impressão foram assumidos integralmente pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

Já no início deste terceiro milênio, mais precisamente em março de 2001, recebeu nova capa e passou a ser adotado o critério de edição em dois tomos, separando a doutrina da jurisprudência, o que veio a ser revisto no ano de 2003, quando retomou suas origens, sendo editada em único volume, excluindo-se a parte destinada à jurisprudência, mais uma vez apresentando-se aos seus leitores como nova capa, agora marcada pelas cores e pelo logotipo da AJURIS, que permanece até os dias de hoje.

No ano corrente, 2009, passou a ser diagramada, impressa e comercializada pela Editora Notadez, ampliando-se o espectro de sua distribuição no território nacional.

Por todo este histórico, não pode a Revista da AJURIS, nesta oportunidade, deixar de registrar uma especial homenagem ao seu eterno criador e inspirador, Lenine Nequete, um homem que fez o seu tempo e cujo legado ético, cultural e científico, reverenciamos.

Elaine Harzheim Macedo



Os livros *Da prescrição aquisitiva* e *Da passagem forçada*

Tupinambá Miguel Castro do Nascimento

Tive um amigo. Escritor de vários temas, cultura expansiva e jurista de mérito. Escreveu uma das mais brilhantes obras da estante jurídica rio-grandense e do Brasil. Abordou com profundidade, técnica e sabedoria uma forma de adquirir pela passagem do tempo, através da posse. *Da prescrição aquisitiva* encantou e provocou elogios merecidos no momento de sua edição no passado, anda pelo presente na admiração de estudiosos e ingressou na posteridade por sua relevância. Há livros que nascem, duram algum tempo e morrem; o do meu amigo nasceu para ficar.

Mas meu amigo não foi escritor de um livro só. Deixou-nos outras obras fundamentais, reflexos naturais de uma inteligência juridicamente ajustada e de um labor profundo. *Da passagem forçada* foi na época, talvez ainda agora, a única monografia existente sobre o tema, ao que sei. Tempos depois, publicava o *Usucapião* especial, examinando um tipo de usucapião que passava a vigorar no Brasil por força de lei nova.

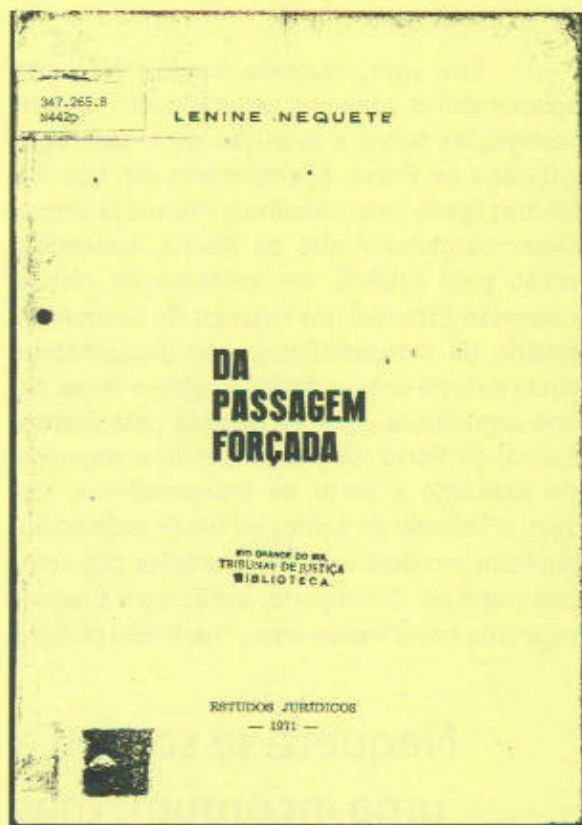
Em 1974, comemorava-se o centenário do Tribunal de Justiça do Estado. Meu amigo resolveu coordenar a edição de um livro cujo título era *O Poder Judiciário no Rio Grande do Sul*. Na obra publicada em 3 volumes, perto de mil páginas, colaborou o mundo jurídico-cultural rio-grandense com profundos estudos da magistratura de 2º grau. Tivemos a presença cultural através de artigos de magistrados estaduais, federais e do trabalho, de Procurador-Geral da Justiça, de historiadores e de professor universitário.

No que interessa a esta Memória, o próprio coordenador colaborou com o majestoso trabalho, em que o tema foi *O Poder Judiciário do Rio Grande do Sul – perfil constitucional*. O objeto do estudo foi e é apaixonante. Tão apaixonante como completo. Iniciava-se com o exame da Constituição castilhistas, enfrentava a Revolução de 1930 e ingressava no Estado Novo. Em seguimento, abordava o Golpe de 1937 com a instituição da Ditadura. Examinava a Carta de 1946 e a Revolução de março de 1964. Meu amigo, neste trabalho, era o magistrado-historiador.

Pedi-me o editor do Caderno de Cul-

tura uma visão e interpretação da sua obra máxima: *Da prescrição aquisitiva*. Por dois motivos, não posso fazê-las. Ao me aposentar no Tribunal de Justiça, abandonei o campo do direito e do magistério jurídico. Hoje, não tenho condições de interpretar a portentosa obra de meu amigo. Além do mais, meu amigo não foi só o escritor de obras de direito. Sua dimensão cultural é mais extensa.

Na área da literatura, viajou pela cultura portuguesa, lendo livros e, em especial, Eça de Queiroz. E daí saíram dois estudos: *Sensibilidade*



estética de Eça de Queiroz (1969) e *Itinerário poético de Eça de Queiroz* (1970). Como professor de filosofia que era, deixou-nos duas conferências: A ideia do Renascimento (1968) e As utopias do Renascimento (1968). Tais conferências, não li, mas os que a leram sempre me informaram elogiosamente tais textos, pela profundidade e perspicácia das observações feitas.

Suspeito de que todos já sabiam dos fatos que relembrei. Se o Caderno de Literatura permitir,

falarei, rapidamente, daquilo que aconteceu comigo. Meu amigo era uma pessoa alegre, demonstrando sempre estar de bem com a vida. Era, como se dizia na época, um gozador. Conto, por isso, um só fato. Suficiente, mas que, pela lembrança, é triste.

Viajavamos de trem para a fronteira, onde fazíamos conferências. Sentados em volta da mesa no vagão-restaurante, tomávamos café. De repente, meu amigo se afastou em direção ao banheiro e, ao voltar, me confidenciou: – Urinei colorado, integralmente vermelho. Brincava com meu gremismo, contando uma coisa triste. Não sorri. A verdade que me conta-

va era cruel. Era o início de seu fim, porque vermelho para ele, naquele instante, era sinônimo de sangue.

Este meu amigo, estou apresentando aos leitores: humilde, corajoso, inteligente, sofredor e brincalhão. Tinha um nome ilustre: Lenine. Mais ilustre pelo sobrenome do pai: Lenine Nequete. Proprietário de um latifúndio cultural. Cultura multifária. O que posso informar simplesmente de memória é mais do que suficiente para que Lenine Nequete, meu amigo, seja lembrado nesta edição do Caderno de Literatura.

Os livros sobre a História do Poder Judiciário

Gunter Axt

Em 1972, quando Lenine Nequete apresentou o primeiro resultado de suas investigações sobre a evolução da organização judiciária no Brasil, oportunidade em que lhe foi outorgado pelo trabalho o Prêmio Nacional Desembargador André da Rocha, concedido então pela AJURIS, em colaboração com a Comissão Estadual dos Festejos do Sesquicentenário da Independência, não dispúnhamos ainda de uma síntese didática sobre o tema. No ano seguinte, a obra foi editada pela Editora Sulina, de Porto Alegre, contando a trajetória do Judiciário a partir da Independência. Em 1975, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul publicou em dois volumes a crônica dos tempos coloniais. O conjunto, então com tiragem esgotada havia vários anos, mereceu reedição

Nequete se somou a
uma incomum, mas
sólida tradição
de juristas
que se debruçaram
sobre os
temas da História.

sob os auspícios do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2000, sendo apresentado em quatro volumes. Um prefácio do Ministro Carlos Velloso saudou, então, a obra de Nequete como de referência. Uma atualização de Roberto Rosas sopesou a evolução do Judiciário posterior à Emenda Constitucional de 1969.

Nequete se somou a uma incomum, mas sólida tradição de juristas que se debruçaram sobre os temas da História, a qual tivera por grande expoente o trabalho do Ministro Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, bastante citado, aliás, por Nequete, e cuja primeira edição data de 1949. É talvez ainda hoje a mais importante contribuição brasileira à Ciência Política. Mas há também o notável exemplo de Raymundo Faoro, advogado gaúcho que publicou em 1958 o seu erudito *Os donos do Poder*, ensaio que se tornou um marco para a cultura brasileira.

Filho do barbeiro Abílio de Nequete, um dos míticos fundadores do Partido Comunista no Brasil, em 1922, e ele próprio fundador do Partido Socialista, Lenine, batizado em homenagem ao líder revolucionário, sempre foi homem comprometido com as questões sociais. Formado em 1947, Lenine assumiu a Comarca de Nova Prata no início dos anos 1950. Já de saída, deparou-se com um complexo caso de usucapião, que o obrigou a estudar e a pesquisar. Desse esforço, nasceu o seu primeiro livro – *Da prescrição aquisitiva: Usucapião*. Foi editado pela primeira vez em 1954 como a pri-

meira grande reflexão sobre o tema.

Segundo nos conta sua filha, Eunice, em depoimento ao Memorial do Judiciário, colhido em 2003, Lenine enfrentou alguns problemas no início de sua carreira, por conta de seu pronunciado senso de justiça, de uma personalidade corajosa e uma mente independente. Chegou, por exemplo, a proferir uma sentença contrária a um padre que não permitira o enterro de uma criança não batizada, produzindo grande celeuma.

Estudioso e capaz de construir sentenças brilhantes, as quais, quando reformadas, podiam acabar se convertendo em Direito sumulado pelo STF, Lenine encarava a docência com idealismo. Esteve entre os fundadores da Faculdade de Direito da Unisinos e, desde 1970, lecionava na UFRGS. Nos anos 1970, foi também Diretor Cultural da AJURIS, função na qual ajudou a pilotar o curso de preparação à magistratura, embrião da futura Escola Superior da Magistratura, instalada em 1980.

Humanista, era um hermeneuta por natureza, para quem o Direito não se encerrava na técnica. Interessava-se por música e pela literatura. Estudou Eça de Queiroz com profundidade e propriedade, como quem visualizava ali mais uma ferramenta para compreender o enigma humano. Não se tratava de interesses paralelos nem de diletantismos, mas de atividades capazes de contribuir para o aprimoramento da capacidade de interpretar a lei. Com a História e a Filosofia, este vínculo se tornou explícito: foram estas disciplinas convocadas por Lenine Nequete de maneira a colaborar na explicação da lei. Por quê? Porque a exegese da lei permite a sua melhor aplicação social. E porque havia alunos a serem formados. Pessoas que, no amanhã, poderiam contribuir para melhorar o mundo.

Eis o espírito que permeia a iniciativa que levou este Juiz a se interessar pela história do Judiciário. A epígrafe, colhida à obra de Bentham, citada na abertura do volume dedicado ao Império condensa sua inquietação: "A imperfeição da justiça gera, a princípio, o terror; depois, a corrupção; por fim, a queda de qualquer regime".

Premiado por uma Comissão que celebrava o sesquicentenário da Independência, em pleno regime militar, Nequete apresentou um paradoxo: ao narrar a longa, complexa e tortuosa história de construção da autonomia do Poder Ju-

diciário, Nequete defendia de saída a tese de que a Independência do Brasil chegou primeiro no Judiciário, pois, com a elevação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro à Casa da Suplicação, em 1808, nunca mais os processos subiram em grau de recurso a Lisboa, encerrando-se no Brasil. Ao mesmo tempo, porém, ele mostrava como, 150 anos depois, o Judiciário – sobre o qual pesava a espada de Dâmocles da ameaça da aposentadoria compulsória para os Juizes, estabelecida pelo Ato Institucional nº 5, cujas autoritárias disposições continuavam em vigor – permanecia um ente cuja eficácia era em parte comprometida por uma autonomia que jamais se completara.

Mas Lenine era cauteloso. Em tempos



bicudos, de liberdades constringidas, de censura e de repressão, não foi sua intenção produzir um libelo com potencial de conflito. Sutil, preferiu construir um manual, capaz de sintetizar a evolução do Judiciário, de maneira a servir de base para o debate com vistas à sua reforma. Um manual sóbrio e técnico, que pudesse ser utilizado por todos e cujo fio condutor é o percurso de construção, e de constrição, independência do Judiciário.

Nunca é demais lembrar, o tema estava cada vez mais em evidência. Em 1973, promulgou-se o novo Código de Processo Civil; em 1977, o Governo Federal apresentaria ao Congresso o anteprojeto de reforma do Judiciário e, em 1979, votou-se a nova LOMAN – Lei de Organização da Magistratura Nacional.

O momento, portanto, era oportuno para uma iniciativa como esta. E seu compromisso

com a docência fica evidente na extensa bibliografia sobre a história do Judiciário brasileiro, que Lenine compila e divulga sob a forma de apêndice ao final de seu trabalho.

O estilo adotado por Nequete nesta obra é, por isso, narrativo e, por vezes até, relatorial. Ainda assim, ele sinaliza para alguns dos conflitos fundamentais que desafiaram a construção desta independência. Já de saída, mostra como as Ordenações Filipinas foram uma reação da Coroa portuguesa ao Concílio de Trento e à pretensão de afirmação do direito canônico. Em seguida, mostra como o Direito Tributário na Colônia assumiu forma diferente do da Metrópole. E, então, descreve o conflito entre o poder real e o poder privado, na Colônia. Assim, neste diapasão, a disputa de jurisdição é o motor principal da obra de Nequete, do primeiro ao quarto volume.

Seu estudo está bem amparado nas fontes então disponíveis. Nequete acessa-as não diretamente pelos arquivos, mas por meio da historiografia consolidada. Nesse sentido, seu estudo é muito mais um ensaio, a exemplo de *Os donos do Poder*, de Raymundo Faoro, do que uma pesquisa original. Mas um ensaio que se pretende narrativo.

Nesta apreensão da historiografia, revela notável erudição, pois que quase nada lhe escapa. Sua apropriação processa-se de maneira a permitir a formatação do enredo para a síntese da qual se tinha necessidade. Nequete navega, assim, com desenvoltura pelos textos dos grandes historiadores e juristas do século XIX e das primeiras décadas do século XX, que se haviam debruçado sobre o passado brasileiro, costurando fragmentos de documentos históricos ao descrever com didatismo funções e competências de cada época. Nesse diálogo, Nequete mostra-se maduro e crítico. Não embarca, por exemplo, no oficialismo cortesão de Varnhagen nem em elogios descolados da base social.

Trata-se de uma história administrativa, ao estilo daquela produzida por Max Fleiuss, mas contada a partir da perspectiva do Judiciário, e não do Executivo, como sempre se fazia. Mas, além disso, não há em Nequete ingenuidade diante dos documentos e da justificativa oficial. Para ele, o exercício da jurisdição se explica a partir do entendimento de sua inserção social e analisando-se, sempre que possível, os seus re-

sultados, esforço que o anima mais nos volumes dedicados ao período colonial do que naqueles dedicados ao Império e à República.

É interessante notar que, na bibliografia arrolada por Nequete, verifica-se a ausência da nova historiografia produzida pelos intérpretes do Brasil em voga na época, tais como Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Raymundo Faoro. A atitude parece indicar falta de disposição do autor em envolver-se no debate teórico-histórico sobre a natureza da sociedade e da cultura brasileiras. Sendo seu objetivo produzir um manual, uma síntese narrativa que funcionasse como ponto de partida para os estudos e as reflexões sobre o Judiciário, não há pecado nem contradição nessa ausência.

Por outro lado, esse silêncio, por vezes, é eloquente. O trabalho de Lenine pode ser lido como um belo contraponto ao de Raymundo Faoro. Se para este a Justiça fazia parte de um grande estamento burocrático que pairava autônomo sobre a sociedade civil, Lenine prefere destacar os conflitos de jurisdição que animaram o enredo da construção, com seus fluxos e refluxos, voltas e contravoltas, da independência do Judiciário. Se para Faoro as leis são produzidas de cima para baixo e não dialogam com o povo, motivo pelo qual sequer existe cultura brasileira, Lenine procura demonstrar como o desenho institucional do Judiciário resulta do jogo de forças que viceja na sociedade. Se Faoro faz uma defesa apaixonada de um estado liberal, cuja realização considera impossível e o retrato que traça da história brasileira é um abatesma, encarcerado em um pesadelo sem fim, Lenine denuncia os grilhões que jugulam a judicatura, sugerindo as deletérias consequências desta distorção, mas revela as mutações já acontecidas, os conflitos já equacionados, os impasses já superados. Seu trabalho transpira o otimismo do humanista engajado na docência.

Assim, a obra em quatro volumes de Lenine Nequete sobre o Poder Judiciário no Brasil cumpriu plenamente o seu generoso papel de se converter em um precioso manual. Trata-se, hoje, de material de consulta obrigatório e de fácil manuseio, para todos aqueles que desejam se questionar sobre a natureza das instituições judiciais no Brasil. É um verdadeiro ponto de partida para novas pesquisas e questionamentos.

Nequete e Eça de Queiroz

Roberto Figurelli

No dia 7 de novembro de 1969, Lenine Nequete proferiu a conferência *Itinerário poético de Eça de Queiroz* para os associados do Instituto Cultural Brasileiro-Árabe, no auditório do Colégio Bom Conselho, em Porto Alegre.

Na apresentação, o conferencista justifica a escolha do tema ao constatar "dimensões inexploradas" pela crítica literária na obra do romancista português. Dentre elas, "a aspiração de paz, de repouso, de serenidade" constitui "o núcleo informador de seu itinerário poético".

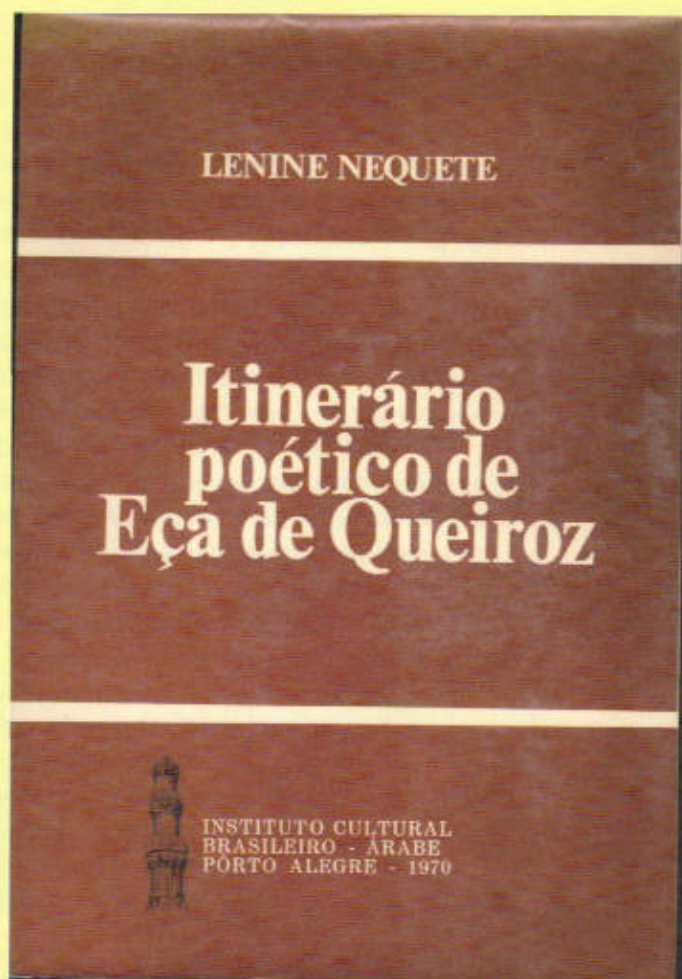
(NEQUETE, Lenine. *Itinerário poético de Eça de Queiroz*. Porto Alegre: Instituto Cultural Brasileiro-Árabe, s/data. p. 11)

Da leitura do texto, apreende-se que Nequete, com a clareza que lhe era habitual, desenvolve a argumentação em quatro registros, a saber: Eça, o mais sensual dos escritores peninsulares (p. 15-25); uma inelutável urgência de quietação física e espiritual (p. 29-40); Portugal, sua maior personagem poética (p. 43-51); visão irônica da vida (p. 55-61).

É evidente que esses quatro registros não devem ser vistos como compartimentos estanques. E como o termo *itinerário*, do título da conferência, significa não só percurso ou caminho percorrido, mas também roteiro, o leitor, com base nos argumentos e na larga exemplificação, poderá conferir se, de fato, os tipos que povoam os romances de Eça se distinguem mais "pelo aspecto físico que pelo feitio moral" (p. 16).

Para evitar equívocos, entenda-se o adjetivo sensual, do primeiro registro, em seu sentido primário, ou seja, relativo aos sentidos, e não como sinônimo de lascivo. Essa ressalva em nada diminui a acuidade dos elementos sensoriais do romancista que, graças a *O crime do Padre Amaro*, *O primo Basílio* e *Os Maias*, conquistou o grau de mestre do erotismo na literatura do século XIX.

Nequete, aliás, lembra a "aura de sensualidade" que envolve as mulheres dos livros mencionados, bem como a volúpia que "culmina naquelas esplêndidas fêmeas transitórias", de *A relíquia* (p. 22). No atinente ao erotismo de Eça e suas repercussões no Brasil, vale a pena consultar a célebre crítica de Machado de Assis, de 16 de abril de 1878, incluída no volume *Crítica & Variedades*, das *Obras completas* (São Paulo: Globo, 1997. p. 132-147).



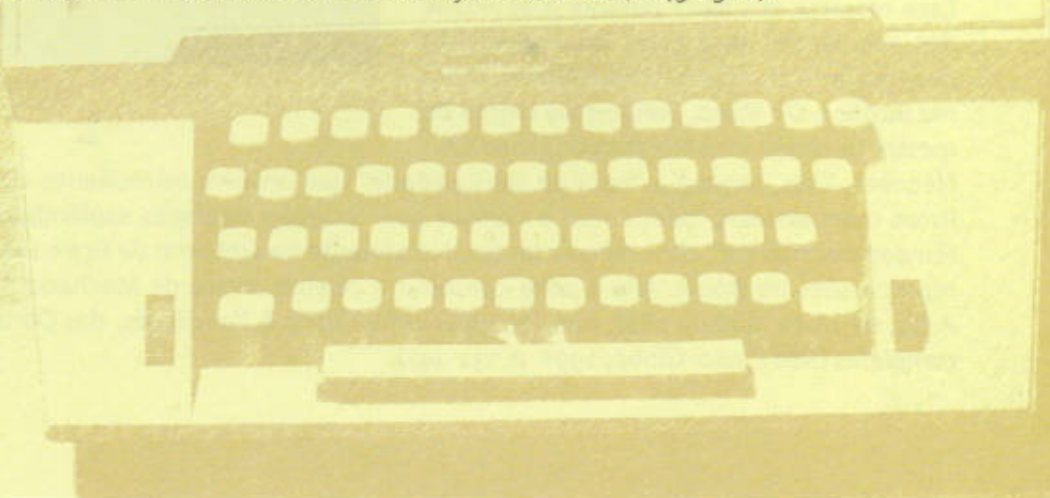
Quanto ao segundo registro, o embate entre a cidade e as serras, tantas vezes esboçado, termina com o triunfo final das serras. Ao passo que a transição do inverno pelos romances queirozianos é fugaz, a ação se arrasta "na luminosa meiguice dos dias estivais" (p. 38).

A ideia de que Portugal seja "a maior personagem poética" de Eça é apresentada sob o prisma do conflito entre o ideal e a realidade, ou entre "a tristeza diante do passado heroico" e "a esperança n'algum milagre" (p. 43). Em seu texto, Nequete apoia-se na aventura marítima do autor (Egito e Palestina) e em seu exílio consular (América, Inglaterra e França). Já as personagens, condenadas a viver longe de Portugal, sonham com o regresso. De volta à pátria, a inconformidade com a desnacionalização de Portugal, com sua política nojenta e com a subliteratura. Alguém estranhará que, em tais circunstâncias, viceje a nostalgia do "heroico passado perdido"? (p. 49).

Por derradeiro, talvez o traço mais conhecido da personalidade do escritor: a ironia. Consoante Massaud Moisés, "a ironia consiste em dizer o contrário do que se pensa, mas dando-o a entender. Estabelece um contraste entre o modo de enunciar o pensamento e o seu conteúdo" (*Dicionário de termos literários*. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1985. p. 295). "Na vida, Eça possuiu a serenidade que permite o autodomínio, a discrição nos sentimentos e o contido das paixões" – observa com justeza Nequete (p. 56). Dotado de invulgar espírito crítico, exercitado na parceria com Ramalho Ortigão *As Farpas*, Eça cultivou uma visão irônica da vida, que – na análise do conferencista – "com ser ausência do trágico, é por isso mesmo consciência do ridículo, da desproporção entre o continente e o conteúdo, entre a aparência e a realidade" (p. 58). A essa altura, como não pensar no Conselheiro Acácio e no Ernestinho de *O primo Basílio*?

Nos últimos anos da vida do romancista, Nequete assinala um arrefecimento de sua ironia, "enquanto que, paralelamente, mais se acentuam – para a configuração final do autêntico sentimento eciano – os reclamos de quietação sensível e espiritual (de que o convento seria o símbolo mais pleno) e, com uma ponta de ceticismo letrado, a resignação de quem reconhece inatingível o ideal de redenção coletiva, energicamente postulado pela sua humanidade" (p. 59). Como se vê, isso confirma o núcleo informador do itinerário poético daquele que, humildemente, se apresentava como o "pobre homem da Póvoa de Varzim".

Transcorridos 40 anos de sua prolação, a conferência do advogado, jurista, filósofo e professor Lenine Nequete (1922-1999), de quem tive a honra de ser colega no curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei, de São Leopoldo, é um valioso e instigante roteiro para lermos, ou relermos, a obra do imortal Eça de Queiroz (1845-1900).



Lenine Nequete e a Faculdade de Direito da Unisinós

Arthur Bl. Rambo

Conheci o Dr. Lenine Nequete um ano depois da sua formatura em Filosofia. Ele era professor da disciplina Instituições de Direito da Faculdade de Ciências Econômicas de São Leopoldo. Num desses encontros quase informais entre a Direção da Faculdade e os professores, tão comuns e característicos em instituições recém-criadas, nas quais se planejavam as atividades e traçavam estratégias de ação, fui apresentado ao Dr. Nequete. Soube, então, que exercia a função de juiz em Canoas, era formado em Filosofia e professor da disciplina Instituições de Direito da Faculdade de Economia. Foi um des-ses encontros em que, ao primeiro aperto de mão e ao primeiro olhar, se sente uma empatia natural. Aquela figura de traços austeros e parcimoniosa em palavras inspirava seriedade, profundidade e confiabilidade. Desde então, convivi com o Dr. Nequete na rotina dos intervalos de aula. Não me lembro de nos termos envolvido em debates mais profundos de ideias. Fora informado por outras vias que ele era admirador e defensor do ideário marxista, mas essa situação não chegou a perturbar a estima e admiração que nutria em relação ao colega. Nem tão pouco ele tomava iniciativas no sentido de abrir polêmicas em nível filosófico em que na época eu defendia uma posição divergente. Consolidara-se um respeito mútuo que impedia que se partisse para um confronto de ideias exatamente para não perturbar essa relação.

Em meados de 1962, a direção da Faculdade de Ciências Econômicas de São Leopoldo pôs em andamento o Projeto de Valorização do Vale do Rio dos Sinos. Foram criadas várias comissões encarregadas de reunir os dados para subsidiar a elaboração do projeto que seria submetido à apreciação do Itamaraty para, depois, ser apresentado ao Governo da República Federal da Alemanha, com a finalidade de obter recursos para a elaboração e posterior implantação do Projeto. Tive o prazer de trabalhar com o prof. Nequete na comissão encarregada de proceder a um diagnóstico da situação social, demográfica e cultural dos municípios do Vale do Rio dos Sinos. Embasando os dados e

Aquela figura de traços austeros e parcimoniosa em palavras inspirava seriedade, profundidade e confiabilidade.

argumentos de natureza técnica do Projeto, este foi encaminhado ao Ministério do Exterior, onde foi aprovado sem restrições. Em um momento imediatamente posterior, foi apresentado ao Governo Alemão, onde também foi aprovado em tempo recorde. A empresa alemã Agrarund Hydroctechnik, totalmente financiada pelo Governo da República Federal da Alemanha, executou o projeto entre 1967 e 1968, e uma das propostas foi a construção dos diques que hoje protegem São Leopoldo das cheias do Rio dos Sinos. Não é aqui o momento nem o lugar para entrar em maiores detalhes do que foi o Projeto mencionado. Vale dizer que o Dr. Nequete fez parte da comissão, encarregado de levantar os dados de natureza sociológica para subsidiar a formulação do Projeto.

A presença do Dr. Nequete na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como aluno do Curso de Filosofia da futura Universidade do Vale do Rio dos Sinos e sua atuação como professor de Instituições do Direito na Faculdade de Ciências Econômicas e participação no Projeto de Valorização do Vale do Rio dos Sinos fizeram dele uma personalidade conhecida e estimada na instituição. Não é de se admirar que fosse convidado a participar da organização da Faculdade de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E, de fato, no dia 1º de janeiro de 1967, foi decidida a criação da Faculdade de Direito pela comissão constituída pelo Presidente da Mantenedora, a Sociedade Literária Antônio Vieira, o Pe. Edvino A. Friderichs; o Pe. João Oscar Nedel, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Pe. Bruno Hammes, designado Coordenador, e o Dr. Lenine Nequete, designado Diretor da Faculdade de Direito, a ser implantada. Empossado no cargo de Diretor

Empossado no cargo de Diretor, o Dr. Nequete imprimiu dinamismo extraordinário à nova Faculdade.



o Dr. Nequete imprimiu dinamismo extraordinário à nova Faculdade. Começou por aí que conseguiu reunir um corpo docente de alto nível entre os profissionais da área do Direito e de outras complementares. Prova do imediato prestígio da nova instituição foi a matrícula de 131 alunos na primeira turma.

Mas não era apenas a execução rigorosa e qualificada do currículo normal da formação de bacharéis em Direito que preocupava o Diretor Nequete. Já no ano de 1968, promoveu quatro cursos de extensão que visavam complementar o currículo obrigatório e oferecer aos profissionais do ramo uma formação acadêmica mais ampla. O primeiro desses cursos trabalhou o tema "Renascimento". Uma equipe interdisciplinar de especialistas da UFRGS e das Faculdades de São Leopoldo foi encarregada das diversas conferências. O segundo curso trabalhou o tema "A História da Arte". Novamente, uma equipe interdisciplinar do mesmo nível foi convocada. O terceiro curso de extensão teve como foco "O Direito Municipal" e o quarto versou sobre "A Responsabilidade Civil e Penal no Trânsito".

Pelos dados anteriores, fica claro que, sob a Direção do Dr. Lenine Nequete, a nova Faculdade de Direito não se contentou em ser mais uma instituição de formação de bacharéis para suprir o mercado de profissionais tecnicamente habilitados. Contando, desde o começo, com um corpo docente altamente qualificado, estava posta a base para formar, além de profissionais competentes, autênticos cientistas que do complexo campo das Ciências Jurídicas fazem um laboratório de pesquisa e produção de conhecimentos novos para a área. Sempre que me recordo daqueles anos de consolidação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, além de outras personalidades marcantes, surge com destaque a figura do Dr. Lenine Nequete, sempre discreta, austera, parcimoniosa em palavras, mas traindo o profissional e o intelectual que honram a sua classe e fazem com que não se perca a esperança de que ainda há lugar para aliar correção ética e rica formação acadêmica ao exercício profissional.

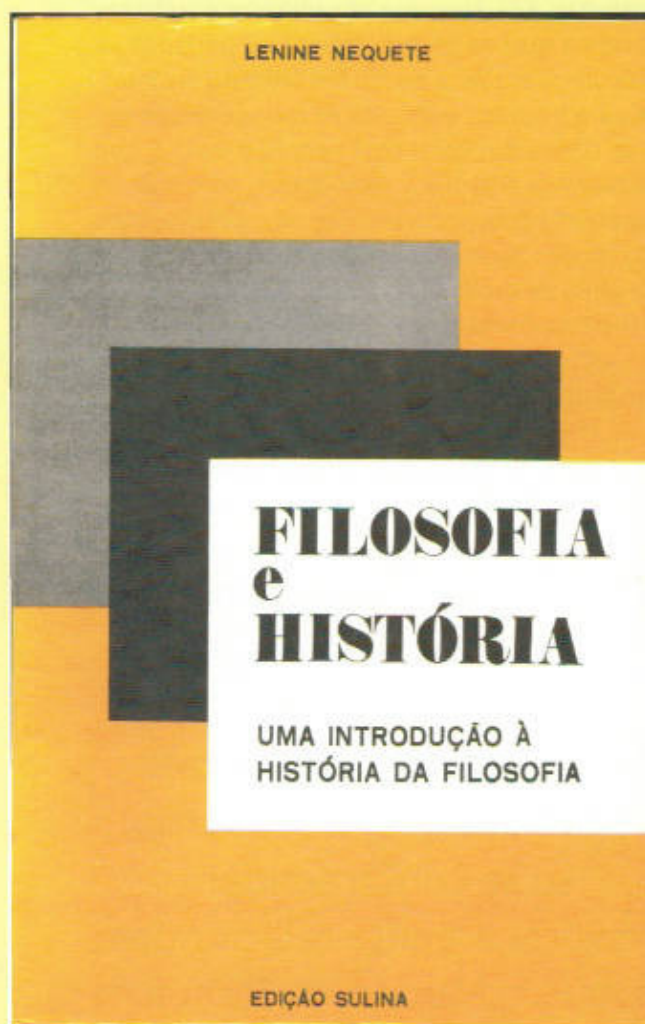
O livro Filosofia e História

José Nedel

Introdução – Lenine Nequete, na obra *Filosofia e História: uma introdução à história da filosofia* (Porto Alegre: Sulina, 1972, 137 p.), movimenta-se com desenvoltura na história da filosofia, da qual extrai abundantes referências. A propósito de cada questão, convoca para o confronto os principais autores pertinentes, inclusive de posições antagônicas, para entre eles estabelecer diálogo e, por fim, manifestar seu entendimento. Na presente resenha, são omitidas tais referências por motivo de brevidade, para dar todo o destaque às ideias do autor, independentemente mesmo do capítulo em que estão inseridas, três ao todo, até porque as ideias principais se repetem em diferentes lugares.

Filosofia – À definição comum da filosofia como conjunto metódico e ordenado de conhecimentos naturais, tendente a oferecer uma explicação fundamental das coisas, Nequete acrescenta uma referência à problemática dos valores e do sentido último da existência individual e da história humana como um todo (p. 10). Para ele, filosofia é metafísica, saber transcendente, ou indagação que se estende para além do empírico e pretende atingir o sentido último do universo e do destino humano. Origina-se com o despertar da mente para o estranho e o mistério, ante a radical instabilidade do universo quando este, de familiar, passa a propiciar temerosas interrogações. Essa experiência permite a abertura do espírito para a descoberta do Absoluto (imanente ou transcendente), a partir do que se instaura uma vida nova e, com ela, a ação moral (p. 30). Ao examinar as relações entre filosofia, mito, religião, ciência e arte, observa que estruturas míticas (como a do Grande Tempo) subsistem nos sistemas metafísicos (a Eternidade da ontologia); que entre filosofia e religião há abundantes interações (p. 46); que, ao contrário da filosofia, saber total, a ciência é fragmentária; que a ciência, enquanto “saber de domínio” (p. 49), opõe-se à arte, cuja função é teórica, não prática, sendo por isso desinteressada (p. 54).

História – A filosofia, segundo Nequete, pretende ser ciência da totalidade do real, inclusive da história em sentido amplo, que não é mera crônica de fatos particulares, porém disciplina crítica, delineada a partir de uma cosmovisão metafísica (p. 33). Ocupa-se do vir-a-ser do homem e das verdades que ele se formula (p. 120). Dá conta da autorrealização da humanidade e da autoconsciência da gradual explicitação das suas possibilidades (p. 114). Seu suporte e meta é a natureza humana (p. 130). O problema do seu significado é o do significado do próprio homem e da vida humana. Como sistema em que as experiências



humanas se vinculam umas às outras, a História deve ser universal, não cindida em pluralidade de histórias regionais ou nacionais independentes – essas todas fazem parte da História Geral (66). Pensada como disciplina filosófica (p. 114), a História vem a ser a um tempo filosofia da História e antropologia (p. 88). Ela “outra coisa não é senão o momento antropológico da ontologia” (p. 44). A história da filosofia subsume-se na história universal (p. 43 e 114), sendo, em última análise, “parte da antropologia” (p. 45).

A unidade da História baseia-se nestas afirmações: só pode ser proposta como processo único; seu sujeito, a humanidade ou o Absoluto que através dela se realiza, é único; as conexões estruturais do processo histórico apontam para um termo, um sentido último significativo (p. 66). Nequete observa que a visão segundo a qual as partes, épocas ou períodos se articulam, em vista de um fim último a projetar-se para o futuro, estranha ao mundo grego antigo, deriva do profetismo hebreu e cristão, que instaura na História a visão linear, contínua, ir-repetível e prospectivamente significativa, com significado escatológico (69). “Somente dentro da visão de um fim último [...] é que se desvela a História como processo coerente e universal: é o esquema teleológico – e, por isso mesmo, teológico” (p. 71).

Determinismo e livre-arbítrio – Com esse pano de fundo, o autor examina as teorias determinísticas em confronto com as do livre-

arbítrio. Conclui que o determinismo histórico se deve ao descrédito das hipóteses metafísicas da Providência e do Absoluto, vale dizer, ao abandono da vocação metafísica; e ao fato de ainda não ter sido afirmado, com energia suficiente, a ideia de uma história oposta à de crônica (cujo conteúdo sempre são eventos singulares), vale dizer, de uma história que tenha por conteúdo as instituições, o espírito coletivo, a gradual e progressiva explicitação da natureza humana. E arremata: “No plano das decisões individuais, [...] e mesmo no do conflito de interesses de grupos e nações, tudo parece confortar o princípio da indeterminação – vigente até [...] no mundo da microfísica” (p. 80).

Progresso – Em relação à ideia de progresso, estendida nos últimos séculos, ao menos implicitamente, a todos os setores da cultura e da vida (p. 84), Nequete conclui que o fim absoluto é inatingível na História, e que a filosofia está condenada à inexauribilidade do real, razão por que é histórica, aberta à concretização do ideal que decorre de toda postura metafísica autêntica (p. 87). Ela, expressando a historicidade do ser humano, reflete sempre uma situação humana específica destinada à superação (p. 119).

Segundo Nequete, a negação do substrato ontológico da História sujeito a desenvolvimento, devir e transcendência – que é a natureza humana – acaba com a possibilidade de uma história significativa. Na hipótese, a História se reduz a um amontoado de crônicas. É o irracionalismo da História, a que leva, por exemplo, o caos da liberdade absoluta do existencialismo. A historiografia atual, segundo o autor, inclina-se a isso, pois se prende mais a formas monográficas do que a grandes sínteses, às quais vota desprezo (p. 93).

Conclusão – Lenine Nequete afirma com todas as letras: “A filosofia não se constitui como ciência da realidade total senão enquanto pensamento dessas três unidades que, a seu turno, só se compreendem reciprocamente relacionadas: Deus, o Mundo, o Homem” (p. 118). Em verdade, esses têm sido alguns dos principais temas da filosofia ocidental. Nequete está na linha dessa metafísica, na vertente da

“A filosofia não se constitui
como ciência da realidade
total senão enquanto
pensamento dessas três
unidades que, a seu turno,
só se compreendem
reciprocamente relacionadas:
Deus, o Mundo, o Homem”
(p. 118)

assim chamada filosofia perene, que defende uma evolução linear da História, na direção de um fim último. Percebe, na trama da História, sem caráter fatal, um intervalo para o exercício livre da vontade tão efetivo que, de conformidade com sua direção, pode delinear, como fim da História, uma catástrofe universal, ou então a transfiguração social e cósmica de um novo Céu e uma nova Terra (p. 95).

Nequete, sobretudo, é otimista. Para ele, os valores humanos se vão objetivando e acumulando no curso da História de forma irreversível. Exercem força de irradiação, e a humanidade os vai assumindo gradualmente. Em sua finitude, esses valores acenam para um Valor Supremo, um Absoluto que convoca as pessoas para uma constante superação ou progresso moral. Quanto mais racional for a humanidade, tanto mais livre; e quanto mais livre, tanto mais estará empenhada em não se recusar a esse apelo (p. 134). O autor supõe que Deus atua na História; que a sede de Absoluto que convida a humanidade a transcender-se não é farsa dos deuses; que a espécie humana está empenhada numa heroica jornada em demanda de um Grande Oásis, de um Ponto Ômega, da explicitação progressiva de um mundo ideal, cujos limites nos escapam, mas que não pode ser suscetível de perda irrevogável (p. 135).

Esses parecem ser os traços da fisionomia intelectual e moral otimista do filósofo Lenine Nequete, que jaz sob um formidável acúmulo de opiniões trazidas à baila na obra, sempre de forma oportuna e esclarecedora. Sua ênfase em afirmar um fim último transcendente para a História, o apelo dos valores à humanidade para o seu progressivo aperfeiçoamento, a sede de Absoluto que atormenta a alma humana, a tendência da humanidade a um Ponto Ômega, inscreve-se na linha do pensamento espiritualista amplamente majoritário no horizonte cultural. Nas formulações do jurista filósofo, não é difícil escutar ecos de muitos clássicos do pensamento ocidental; mais proximamente de Hegel (Absoluto, autoconsciência), Teilhard de Chardin (Ponto Ômega), e principalmente de Armando Pereira da Câmara (sede de Absoluto, apelo

Não parece adequado reduzir a História Geral e a história da filosofia à filosofia da História e antropologia, ou a momentos dessas disciplinas.

dos valores). Este último foi o mestre maior de várias gerações de alunos de Direito e Filosofia entre nós. Em aulas dele, também fui colega do Nequete, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo. Escutávamos embevecidos o discurso do mestre, quase invariavelmente sobre a teoria dos valores, traço marcante do seu pensamento. Soava como profética sua proclamação de que o valor era o "pseudônimo de Deus".

Por fim, uma ressalva. Não parece adequado reduzir a História Geral e a história da filosofia à filosofia da História e antropologia, ou a momentos dessas disciplinas (p. 45 e 88). De fato, as ciências humanas têm como objeto material (aquilo do qual tratam) o ser humano ou a humanidade. Cada uma delas, porém, se ocupa de um aspecto particular desse todo maior (objeto formal). Distinguem-se as ciências, não pelo objeto material, mas pelo formal, que é diferente em cada ciência. Por isso, a identificação pura e simples feita por Nequete não é boa. Não preserva a autonomia de cada um dos saberes envolvidos, por não usar o critério adequado para a distinção. Com certeza, pretendia assinalar a interdisciplinaridade entre filosofia, História e história da filosofia, o que é correto. A imprecisão em que incide não lhe obnubila o mérito do trabalho. Subsumo-a nesta fórmula familiar a um jurista como ele foi: *magis scripsit quam voluit* – escreveu mais do que quis.

Os retratos humanos representados em

O cortiço

Manuel Cid Jardim

Este estudo dos retratos humanos representados em *O cortiço* tem por finalidade justificar que a origem imediata da obra literária é sempre o homem, porque o prestígio literário também é puramente individual. Vale a impressão produzida. Tem a finalidade de abordar os retratos humanos representados em *O cortiço*, notadamente em relação aos principais personagens da obra: João Romão, Miranda, Bertoleza, Pombinha, Rita Baiana e Jerônimo. Da leitura do romance, constata-se a submissão das personagens à lei da hereditariedade e do meio. As personagens são exemplos de seres desmotivados, sem fibra, integrantes de uma sociedade moralmente debilitada pelo vício, pelos prazeres fáceis proporcionados pelo dinheiro. As personagens corporificam temas de patologia social (miséria, criminalidade, desequilíbrio psíquico, amoralismo e desvios sexuais).

Com *O cortiço*, Aluísio Azevedo procurou mostrar as distorções morais que se operam no âmbito das comunidades promíscuas, tornando-se, assim, o romancista social.

O aparecimento dos segmentos populares urbanos como atores principais da obra é uma das grandes novidades. Operários, cavouqueiros (trabalhadores em pedreiras), malandros, soldados, primeiros imigrantes, comerciários, lavadeiras, prostitutas, gente de vida ordinária e gente de atividade incerta compõem a galeria dominante dos personagens. Estes são de todas as raças: brancos, negros, mulatos, cafuzos, em uma multiplicidade étnica e social até então desconhecida no romance brasileiro. Apesar da denúncia da exploração econômica e da estrutura perversa que impera no cortiço, seus moradores são retratados como brutos e primitivos.

O cortiço, um romance de multidão, torna marcante sua presença de grande romancista. Toda uma gama de paixões e vícios, diálogos e modismos das camadas mais humildes do Rio de Janeiro dos fins do século passado ressurgem em páginas de costumes, revelando, desde o pernosticismo do mulato à dengue da cabrocha, todo um caos étnico que Aluísio Azevedo valorizou, reproduziu e divulgou numa criação romanesca tão realista quanto perversa, tão fantasista quanto implacavelmente lógica.

Nesta obra, Aluísio Azevedo resume seu pensamento literário, confissão clara de naturalismo: "Quem não amar a verdade na arte e não tiver a respeito do naturalismo ideias bem claras e seguras, fará, deixando de ler este livro, um grande obséquio a quem o escreveu".

Da análise da obra, chega-se ao extremo de considerar o próprio cortiço um organismo vivo, sujeito às leis evolutivas; de verificar-se a predominância do coletivo sobre o particular; do registro da acumulação primitiva de capital (João Romão) e o fatalismo que condena os indivíduos a se tornarem o reflexo do cenário no qual vivem (Jerônimo é o maior exemplo). Portanto, *O cortiço* é mais do que um simples documentário sobre um subúrbio carioca de fins do século XIX.

Sobre os personagens principais, podemos sintetizar os seguintes retratos humanos:

João Romão – o português, um ser obcecado pelo enriquecimento rápido, impulsionado pelo *"delírio de enriquecer"*, capaz de fazer qualquer sacrifício em detrimento da moralidade. Romão, se pudesse, congelava o mundo em moedas. O dinheiro é o que o impulsiona. Como sofria de *"uma moléstia nervosa"*, cujo objetivo final era *"reduzir tudo a moeda"*. Era essencialmente um explorador. Submeteu-se a uma vida indigna só para enriquecer. Agia tão-somente ao sabor do tilintar das moedas. É perseverante nas suas aspirações. Ele personifica a falta de escrúpulos e a exploração do homem pelo homem. Amasia-se com Bertoleza, uma crioula trintona, dona da quitanda. João Romão forja uma carta de alforria para sua amante e a deixa ainda mais seduzida e submissa. Ele, para construir as suas casas, rouba à noite o material da pedreira vizinha e de obras em construção. Nada consegue frear a loucura de ser dono do cortiço. Rico, vive, de forma miserável, pensando no acúmulo de bens. O seu casamento com a Zulmira era encarado como um bom investimento.

Miranda – o oposto de João Romão representa a simulação forçada pelas conveniências sociais, é fraco, fracassado, sem personalidade, é explorado pelo velho Botelho e desprezado por sua mulher, Estela (mulherzinha levada da breca), amante de um estudante que residia com a família. Foi agraciado pelo governo português com o título de Barão de Freixal. Miranda é tido, também, como um personagem simbólico, do qual Aluísio de Azevedo utiliza-se para exteriorizar alguns princípios moralistas.

Miranda, um homem *"de sangue esperto e que orçava então pelos seus trinta e cinco anos"*, é o atacadista português que prezava, acima de tudo, a sua posição social e tremia só com a ideia de se ver novamente pobre, sem recursos e sem coragem para recomeçar a vida, depois de se haver habituado a umas tantas regalias e afeito à hombridade de português rico que já não tem pátria na Europa. Ele não conhecia o amor. Uniu-se a Estela por puro interesse comercial, vez que com o dote dela é que construiu a sua fortuna. Na verdade, ele odiava essa mulher, porém, com o medo de ser pobre, evitou escândalos, suportou durante anos viver ao lado de uma mulher sabidamente adúltera. A partir do recebimento da comenda, disfarçou um pouco a inveja sobre João Romão, aceitando o seu pedido de casamento com a sua filha. Para Miranda, os fins justificavam os meios, ele só queria alcançar identidade social. Era um fantoche. Faltou-lhe coragem para viver a sua vida.

Bertoleza – explorada, dificilmente é capaz de manifestar sentimento ou vontade própria; um ser passivo reage como um animal acuado e por isso sente-se injustiçada. Fiel e dedicada ao João Romão, ajuda-o a concretizar seus sonhos. À medida que ele galgava posição social, a coitada fazia-se mais e mais escrava e rasteira. Ela percebe quando João Romão trama o casamento com Zulmira, a *"brasileirinha fina e aristocrática"* – da condição de amante



Fotografia:
Tiago Cadorná Dutra

passa à de escrava e ser tratada como um animal velho e inútil. Traumatizada com essa situação, se suicida. A sua luta, que sempre fora uma constante na sua vida, ausentou-se justamente no momento em que ela poderia ter reivindicado os seus direitos. Não chegou a conhecer a liberdade em todos os aspectos. Viveu as mais sórdidas privações.

Pombinha – é tida como a *"flor do cortiço"*, detentora de uma educação refinada, tem uma visão crítica do meio em que viveu e do futuro. Usa a beleza para prostituir-se, como uma forma de revoltar-se contra as condições impostas pelo meio. Ela era muito querida de todos os moradores do cortiço, porque escrevia cartas para eles e fazia o rol para as lavadeiras, resolvia contas, lia o jornal para quem quisesse ouvir. Era a *"escriba"* do cortiço. Ela ganhou os ares de serpente quando visitou a casa de Léonie e sentou-se *"naqueles divãs fofos e traidores, entre todo aquele luxo extravagante e requintado próprio para os vícios grandes"*. Daí, depois de passar dois anos casada, já não suportava o marido. Teve diversos amantes e separou-se, passando a morar com Léonie.

Rita Baiana – essa personagem ignora as exigências da sociedade, não possui paradeiro certo nem companheiro fixo. É afetuosa e se deixa levar facilmente pelos sentimentos. Na obra, personifica a sensualidade da mulata brasileira e da vida livre. A sua alegria contagiava o cortiço, sua simpatia espontânea alegrava o coração daquela gente humilde que não tinha emoções. Alúísio retrata, nessa mulher, a brasilidade, simbolizada nas próprias palavras do escritor:

"Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor vermelho das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira, a lagarta viscosa, a muriçoca doída, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe os desejos, acordando-lhe as fibras embambecidas pela saudade da terra, picando-lhes as artérias, para cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nova daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca".

Jerônimo – apesar de ser no início calmo e ponderado, aos poucos sofre as transformações do meio geográfico e social, a ponto de perder a razão e a sensatez, produto do *"abrasileiramento"* da personagem. Era um português de seus trinta e cinco a quarenta anos, alto, espadaúdo, barbas ásperas, cabelos pretos e maltratados caindo-lhe sobre a testa, por debaixo de um chapéu de feltro ordinário: pescoço de touro e cara de Hércules, na qual os olhos, todavia, humildes como os olhos de um boi de canga, exprimiam tranquila bondade. Considerado homem inteligente, trabalhador, perseverante, observador e dotado de certa habilidade, dava mostras de sua honestidade a toda prova e de primitiva simplicidade no modo de viver, até o surgimento de Rita Baiana. Fora-se-lhe de vez o espírito da

economia e da ordem; perdeu a esperança de enriquecer, e deu-se todo, todo inteiro, à felicidade de possuir a mulata e ser possuído só por ela, e mais ninguém. Os apelos da carne o tomaram de forma avassaladora, vinculando o caráter ao fisiológico. Animalizado ao extremo, o português atola no vício da embriaguez, perde o senso de justiça e se degrada até atingir o chão. Jerônimo, ao contrário de João Romão, decai de modo apaixonado e fatal.

O Aluísio Azevedo sem medo de temas e palavras proibidas pinta um quadro definitivo e opressivo do miserável cortiço. Um quadro tão forte que jamais o esquecemos:

(...) o verdadeiro tipo de estalagem fluminense, a legítima, a legendária: aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem polícia descobrir os assassinos: viveiros de lavas sensuais em que irmãos dormem misturados com irmãs na mesma cama; paraíso de vermes; brejo de todo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão.

Assim, se não há obras sem autores, há autores sem obras. E há personalidades que, mesmo com obras, valem mais pelo que foram ou são personalidade, do que propriamente pelo que fizeram. No caso de Aluísio Azevedo, podemos dizer que *O cortiço* é uma obra que ficou sem um autor, porque pouco se sabe sobre a sua vida particular e mais sobre a sua obra que continua extremamente viva, lida e relida.

O autor transforma todas as criaturas humanas em animais irracionais. O reducionismo biológico da estética naturalista transforma todo ser humano em um animal. É o substrato comum que unifica os homens. Como diz Antônio Candido, "há uma tendência a conceber a vida como a soma das atividades do sexo e da nutrição, sem outras esferas significantes". Por isso, *O cortiço* é um verdadeiro formigueiro no qual explodem os conflitos e se cruzam os destinos individuais, sempre dentro dos limites impostos pelas condições sociais de seus habitantes.

Referências

- AMORA, Antônio Soares. *História da Literatura Brasileira*. Edição Saraiva. 8ª ed. São Paulo, 1974.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Editora Ática. São Paulo, 2000.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. Editora Cultrix. 43ª ed. São Paulo, 2006.
- FERREIRA, Delson Gonçalves. *Língua e Literatura Luso Brasileira*. Editora Bernardo Álvares S.A., 8ª ed. Belo Horizonte, 1970.
- LIMA, Alceu Amoroso Lima. *Introdução à Literatura Brasileira*. Livraria Agir Editora. 4ª ed. 1968.
- LITRENTO, Oliveiros. *Apresentação da Literatura Brasileira*. Tomo I. Biblioteca do Exército – Editora e Forense Universitária Ltda. 1974.
- SANTOS, Volnir. *Literatura*. Sagra S.A. 2ª ed. 9ª impressão. Porto Alegre.
- SODRÉ, Nelson Weneck. *História da Literatura Brasileira*. Editora José Olympio. 3ª ed. Rio de Janeiro.

Cortina de fumaça

Luiz Antonio de Queiroz

Desligo o celular sem créditos e corro pra casa. Adélia. Nem sinal de ônibus no ponto do outro lado da rua. Jonas. Os companheiros fazem uma rápida arrecadação com o que cada um tem no bolso. Chamam um táxi. Entro. Sem ter ideia de quanto custará a corrida.

No caminho, penso no que não tem preço. Na voz desesperada da minha cunhada. Na falta de precisão nas informações. O motorista é solidário na angústia. Na ausência de pergunta, responde acelerando.

Conto os segundos do relógio. Mal consigo acompanhar o tráfego. Chegamos à última esquina do destino, no alto da ladeira. Peço pra parar o carro. Deixo todo o dinheiro. A coluna de fumaça impressiona.

O calor intenso aumenta à medida que me aproximo da viela que abriga meu barraco. As labaredas consomem meu lar. Muita gente gritando. O local é de difícil acesso.

Os bombeiros já trabalham há algum tempo. No caos, avisto alguns moleques no alto de uma laje enegrecida. São seis ou sete. Um deles, Jonas. Paralisado.

– Filho! Jonas! – grito três vezes, até que me ouve.

O garoto procura um lugar seguro pra descer. Treme no calor. Os olhinhos não querem acreditar na tragédia. Abraço meu filho.

– Mãinha, pai, mãinha!

Há risco de desabamento. Sou contido pelos policiais. Adélia, meu amor...

– A mãe pediu pra eu passar a tarde em casa de vó, pai.

Seguro meu menino pelos ombros. Uma hora se passa até que o vermelho e o amarelo dão lugar ao negro. Minha vida em cinzas.

Do rescaldo, são retirados dois corpos. Adélia. O segundo é de homem. Irreconhecível. Vem carregado no que restou dos lençóis da nossa cama. Por sobre seu corpo, nossa única colcha. Presente de casamento. Chamuscada, arrasta uma das pontas no chão.

Jonas e eu choramos calados. Ele, a falta da mãe. Eu, a miséria da vida.

Adão, Eva e outras criaturas

José Carlos Laitano

Adão e o início de tudo

No início, Deus criou o Paraíso, que começou muito complicado. Logo depois do homem surgiu a mulher, que bagunçou com a pacata vida de Adão. Dizem que ele evitava banho e fugia da chuva e Eva passava o dia reclamando, com prendedor de roupa no nariz.

Quando Eva ofereceu a maçã para Adão, ele primeiro recusou, assim... por instinto. Tá fácil demais, pensou, tem biriba aí. Então Eva fez beicinho, torceu a perninha, mas não convenceu, daí ela partiu para a ignorância: esbravejou, fez comício e alegou estar discriminada:

– Da macaca você aceita!

Nasceu o discurso feminista.

Um dia, Adão subiu ao topo do Monte-ainda-sem-nome e perguntou ao Criador: sou judeu ou árabe? Ele não respondeu, mas avisou: nem queira saber onde você está se metendo!

Adão ficou sem entender a charada porque Israel e Palestina não haviam sido inventados e imaginou que a advertência tinha a ver com Eva. Decidiu ter alguns cuidados, origem da célebre expressão que os homens repetem até hoje: mulher é mulher!

Nasceram os filhos. O primeiro foi Caim, personalidade forte, truculento, preferia as caçadas, matava bicho grande a paulada e os pequenos a dentada, um verdadeiro macho. Da sua descendência surgiu o gaúcho.

Cinco anos mais tarde nasceu Abel, desde pequeno dado à filosofia e à poesia, queria entender o mundo e retratar o espírito dos homens. Eva suspirava e Adão olhava-o desconfiado e, quando em vez, escondia-se atrás de pedras e arbustos para saber como era a relação daquele filho meio estranho com as ovelhas, porque Abel, durante o dia, as apascentava enquanto conversava com pás-

saros e flores. Adão, vendo aquilo, olhou para o céu e reclamou: sacanagem tem hora!

Um terceiro filho, que a história não registrou, foi Abdul. Para encurtar a história, era um malandro, no melhor sentido da palavra.

Adão andava muito chateado com Eva. Logo que moldada pelo Criador, ela apresentou-se muda, mas bastou Adão arrotar na sua presença, desandou a falar e discutir tudo o que ele determinava. No começo, ela apenas mexeu a cabeça, discordando de leve, e, como não levou tapa, a cabeça mexeu com mais força. Durante um almoço, ela teve a ousadia de levantar a mão, apontar o dedo e balançá-lo ante os olhos do marido. Foi demais. Adão desferiu-lhe um murro bem no nariz – mas sem dizer uma só palavra, que ele não somava castigo físico com sanções verbais. A mulher, diga-se a verdade, não disse um ai, sabia ter passado dos limites; pegou a panela e foi tratar da vida.

Adão era um homem de princípios e de muito bom coração, no fundo detestava bater na mulher. A única vantagem, a seu ver, é que, depois da surra, ela ficava mais carinhosa e, à noite, inventava uns truques que o deixava doído.

Quando perdeu a juventude, ali pelos vinte e dois anos, ela ficou ranzinza: depois que afirmava algo, mesmo que lhe quebrassem os ossos não mudava de ideia. E o pior para ele: percebeu que, quando começava a falar sem parar, o marido desesperava-se.

Adão pensou em matá-la, mas não podia correr o risco de ficar na solidão, afinal, mulher é mulher (lembrem a frase) e intuiu que só poderia vencê-la com o uso da inteligência.

Um dia, quando cogitou visitar um sítio ao lado do Paraíso e levar consigo a macaca – para ela carregar a comida! –, Eva falou a

temida palavra: nããã. No primeiro instante Adão decidiu assassiná-la, mas o Altíssimo interveio e passou-lhe uma carraspana, ele estava querendo estragar a Criação? Tanto trabalho em moldar a mulher para nada? O mundo precisava de gente, de mais filhos. Adão mordeu-se e viajou sozinho.

Foi bom porque teve tempo para pensar.

Planejou uma pesquisa de opinião cujo resultado serviria de argumento a ser utilizado contra ela em todas as ocasiões – as mulheres são muito suscetíveis a números, disse-lhe uma cobra. Já vou adiantando que deu certo.

Formulou três questões:

Você é feliz no Paraíso?

Você quer casar com outra pessoa?

Em quem votaria para o governo do Paraíso se a eleição fosse hoje?

Só foi permitido responder sim ou não, no seco. Eva tentou incluir a macaca para aumentar o universo feminino. Adão proibiu: é muito peluda.

Na primeira pergunta, Eva começou a matutar sobre a vida sem lograr resumir seus queixumes a um simples sim ou não, tudo é tão complexo, exclamou.

Na segunda, olhou para os lados e só viu o marido e os filhos, o macaco-gorila era grande demais, e fedorento. Deixou em branco.

Governar o Paraíso, ela não se interessava, quis apontar um filho como candidato, mas Abel não levava jeito, Abdul não entrava em roubada, preferia uma vice ou ministério, e Caim gostava mesmo era de sangue, no primeiro dia decretaria ditadura e ela continuaria jogada às panelas. Sobrou o marido.

Caim, Abel, Abdul e o próprio Adão votaram em conjunto, um espiando a cédula do outro, para evitar surpresas. Abel chegou a pensar numa brincadeira votando em si, mas já pensou? Se fosse o escolhido, o que seria de suas pinturas e sonetos?

Após a apuração dos votos, Adão deu boas risadas e garantiu um governo de integração familiar, com todo o mundo no poder e nenhuma oposição – por via das dúvidas, nomeou o macaco-gorila como segurança. No começo da noite, enquanto o último pau de lenha iluminava alguma coisa e Abel imaginava-se um viajante do espaço, Adão sentiu um frêmito: no futuro algum cretino propagará uma bobagem do tipo alternância no poder, democracia, com votos do povinho que surgirá de Caim e Abdul, quem sabe até a suprema heresia do voto feminino, haja Deus para consertar isso!

Levantou-se e chutou para longe o pau de lenha: amanhã fundarei um partido que mudará de sigla, mas não abandonará o governo e batizarei o Paraíso com o nome de Brasil. Mais satisfeito, foi dormir.

Alguns anos passaram-se e, num final de tarde, Adão chamou os filhos Caim, Abel e Abdul para tratar da sua sucessão. Eva estava reclamando demais, talvez seja o cansaço, talvez estresse, dirigir o Paraíso é muito complicado, considerou:

– Façam uma convenção e decidam os candidatos.

– Candidatos? Basta o senhor indicar o nome, reagiu Abel.

– Candidatos? A gente mata essa macacada que anda incomodando, nem precisa governo, esbravejou Caim, que baixou a cabeça, controlou os irmãos com o rabo dos olhos, deixou correr o tempo dramático e levantou a cabeça: – Bem... se ninguém quiser, eu aceito.

Adão empurrou Caim:

– Façamos a disputa, mas só entre nós, para que a História registre nossa democracia. E você, Abel, nem queira discutir conceito de democracia!

Abel, que descobriu a possibilidade de desenhar com um pedaço de carvão, guardou

a folha de bananeira onde traçava o perfil de uma galinha, e encerrou a reunião dizendo-se não-candidato:

– É que discordo de certas coisas no Paraíso. Empinou o polegar da mão direita à frente do nariz e mediu sua modelo, considerando as proporções.

Adão deu o assunto por encerrado, girou o corpo meia-volta e foi à procura de Eva, começara a sentir uma coceirinha. Abdul e Caim olharam-se pouco fraternais, mas, como sabemos, os fortes respeitam-se, Caim ficaria com a chefia do palácio (que naquele momento decidiu construir, o seu amigo orangotango seria o empreiteiro) e Abdul, com o ministério das edificações.

No mês seguinte, Adão convocou Abdul e Caim, deixando Abel de lado, o rapaz estava pintando todas as ovelhas da família, e o pior é que a bicharada ficava inerte fazendo pose. Outra vez pediu explicações ao Altíssimo sobre o filho meio diferente e só obteve silêncio, talvez o Criador estivesse reexaminando seu projeto de humanidade.

A reunião começou com Adão furioso:

– Vocês ficam de frescura e não decidem!

– Mas, pai...

– Pai nada! Ninguém se disse candidato e o Macaco-gorila concorrerá como oposição. Ruim comigo, pior com ele!

– Não tenho candidato a vice, choramingou Abdul.

– E um não quer ser vice do outro, completou Caim.

– Pois então Caim será candidato da situação e Abdul fará oposição para tirar votos da macacada. E fica proibido críticas ao governo.

– E o vice?, perguntou Caim.

– Abel será teu vice.

– Abel não quer.

– Abel deve curvar-se às decisões do partido.

– Partido?, Caim e Abdul assustaram-se.

– Eu disse partido? Não, isso ainda não foi inventado, falei decisões da família.

– Ele é um poeta, um inútil, Caim estava inconformado.

– Ele não precisa fazer nada, nem falar, basta sua beleza e seu carisma.

– E eu?, foi a vez de Abdul. Não sobrou ninguém para minha vice. Pego quem? Eva?

Adão primeiro largou uma bofetada em Abdul, que invenção é essa de usar mulher em palanque, ficou besta? Depois acalmou-se e explicou:

– O Macaco-gorila não tem chance eleitoral. Converse com ele, ofereça um ministério.

– O Macaco-gorila está odiando o senhor por causa de uma história que ainda não foi escrita. Quando o procurei, completou Abdul, ele vociferou contra o governo.

Adão, depois de ouvir o filho, ficou olhando o horizonte que mesclava tons entre o vermelho e o azul fraquinho, imaginou uma música de fundo tipo Carruagens de Fogo, deu-se conta que esses devaneios podiam torná-lo parecido com Abel, tossiu e sugeriu:

– Mostre ao Macaco-gorila o que é o poder, um negócio sem limites, capaz de realizar todos os desejos e veleidades, infinito, só menor que o poder divino, e assim mesmo...

– E Abel? desesperou-se Caim, ele é puro, angelical, satisfaz-se com a beleza dos seus desenhos, com a poesia, o poder não lhe importa.

– Caim, o poder sempre importa, basta chamá-lo por outro nome. Diga a Abel que você concorda com as críticas ao Paraíso, mas que ele necessita do poder para fazer as mudanças. Pergunte-lhe se, para rezar, não deve, antes, ajoelhar-se.

Abel, que, além de belo e poeta, era místico, gostou da expressão e os vários significados do ajoelhar-se. Aceitou.

Adão e a delação

Com o passar do tempo, e certamente por obra do Altíssimo, os macacos começaram a falar. Iniciaram com um tati-bitati comendo consoantes cultas como S e R, trocando P pelo B em alguns casos. Envergonhados no início, falavam entre si, em pequenas rodas com muitos olhares ao redor. Depois pegaram confiança e experimentaram Abel, Eva, Abdul e, mais tarde, Caim. Adão manteve distância, sua intuição recomendava afastamento e havia a exigência de uma certa liturgia do cargo de chefe do Paraíso.

A notícia ruim era que a fala originou a fofoca e logo alguém inventou o crime contra a honra. Claro, primeiro criaram a honra macacal e as questões foram resolvidas no tapa e na dentada.

Adão decidiu nomear Macaco-gorila como juiz para resolver as pendengas. Na verdade, a ideia era que Abdul fosse o juiz, melhor ter magistrado na família, por via das dúvidas.

As macacas insistiam em falar diretamente com o governador/chefe/gerente/síndico (tornava-se urgente definir o título) e o governador não as recebia. Quem ouvia as queixas era Eva que, na hora do almoço, entre um suspiro e outro, repassava as encrencas femininas para o marido, incomodando seus ouvidos.

Adão convocou Abdul para a Chefia da Segurança e interlocutor do governo. Abel reclamou dizendo que a democracia estava sendo governo com o povo e não para o povo, o governador só fazia contato com os súditos em época de eleição, o que só ocorrera uma vez.

A macacada estava saindo do controle, brigas, furtos e até homicídio aconteceu, contrariando a tese de que só o homem liquidava seu semelhante. A macacada era unida na sacanagem, ninguém denunciava o bandi-

do, o Macaco-gorila não estava conseguindo prender ninguém, muito menos condenar. Teve uma ideia brilhante.

Enquanto isso, as macacas aumentaram o alarido e Eva tornou-se, meio sem querer, porta-voz. Ao que parece, esta é a origem sociológica da tese que as mulheres só conseguem unir-se como vítimas dos homens. Contudo, Eva percebeu que cabia às macacas defender seus interesses, porque os machos nasceram bestas e com mania de grandeza por causa daquele pedacinho a mais. Nada que uma faca ou dentada não resolvesse, repetia nas reuniões.

Macaco-gorila levou adiante sua ideia para resolver a segurança pública: pendurou num galho de árvore a notícia do prêmio por denúncia anônima. Ao pé da árvore, depositou um cacho de bananas e o aviso: uma denúncia, uma banana.

A primeira acusação valeu: o vizinho estava mordendo os filhos. Preparado o flagrante, ele foi preso. O segundo caso... bem, o segundo caso... alguém (que, por sinal, pegou duas bananas) delatou um primo que teria praticado furto. Nada ficou provado e o primo levou quatro bordoadas como exemplo a todos, conforme Macaco-gorila, se delação houve, motivo havia, fosse qual fosse.

A coisa pegou.

Briga de vizinho, paixão não correspondida, noite de amor sem casamento e logo surgia uma denúncia anônima. Chegou ao ponto do pai dar uma surra no filho malcriado e acabar preso por maus-tratos. O pai largou o filho de mão e ele acabou em meio aos saguis, cheirando cana.

Até que um dia o próprio Macaco-gorila foi delatado por (supostamente) apropriar-se de uma sacola de frutas do governo.

– Infâmia! bradou.

Quando é para atacar governo, o povinho logo se une, e um piquete formou-

se em frente à casa do governador querendo punição exemplar.

Adão captou a importância da árvore na formação da opinião pública. Para mostrar que era partidário da impunidade zero, determinou a exigida punição ao Macaco-gorila e Abdul executou o castigo, anunciando na árvore.

Macaco-gorila devolveu o que não havia pego, com juro e correção monetária, ele faria qualquer coisa para retirar a notícia da árvore. E só não perdeu o cargo por falta de substituto.

Ovelhas são para o céu

Abdul, o terceiro filho de Adão, procurou o pai para reclamar que um leão estava comendo suas ovelhas. Primeiro, Adão deixou claro que a culpa era das ovelhas que se descuidavam na frente do leão.

– Ovelha que mostra a perninha..., sentenciou o velho.

Mais tarde, antes da janta, Adão ouviu o discurso furioso de Eva sobre o direito das ovelhas mostrarem-se conforme sua natureza.

Naquela época, por razões que não interessam, Adão estava querendo dar um sopapo em Caim que andava se fazendo de besta, falando em resolver litígios com Abel, o assunto era território e os animais que ali estivessem. Divisão de território era matéria reservada ao Altíssimo, ou a Adão como Seu representante. Para castigar Caim, Adão pretendia o apoio dos demais filhos e, principalmente, de Eva. Está certo, ele era governador do Paraíso, primeiro e único, mas negociação era a palavra da moda, invenção do Macaco-gorila.

Para obter a concordância de Abdul, prometeu que mandaria o Macaco-gorila como emissário para sustar os ataques do leão, com ordens para uso da força aérea, se preciso.

– Vai lá e ajeita um acordo de paz entre o leão e as ovelhas, ele pode olhar, pode cheirar, mas não pode comer.

Talvez por influência de Abel, Adão estava tentando ser poético ao criar palavras sem qualquer significado, que força aérea no máximo podia ser entendido como bodoque arremessando pedras, e, mesmo assim, leão nunca usou bodoque, mas alguma coisa devia ser dita para encompridar a frase. E também estava atendendo à recomendação do Altíssimo para engordar o dicionário: palavra é poder, este o lema.

O Macaco-gorila foi.

Mas foi assim, que nem enviado de Bush a Israel muitos séculos depois: visitou Caim, passou pela toca de Abel, esteve com Eva, no habitat das girafas, dos elefantes, dos antílopes, lembrou que devia dar uma passadinha na casa de Abdul e dizer que estava atendendo ao seu desejo.

Abdul reclamou:

– Você parece ônibus de pobre, não chega nunca!

Abdul, sem saber, repetiu o pai na construção poética de palavras surrealistas. E informou ao Macaco-gorila que as ovelhas já eram, o leão aproveitara a demora da viagem para completar a festa.

Macaco-gorila incumbiu o papagaio para dar a triste notícia a Adão e esta foi a sua contribuição para o desenvolvimento da diplomacia: notícia ruim, manda-se emissário; a boa, comunica-se pessoalmente. O papagaio, depois de considerar a provável fúria de Adão, desconversou e recusou a missão dizendo-se tímido.

Macaco-gorila ensinou:

– Meta um sorriso no bico, diga que o Paraíso vai bem, o Altíssimo continua apoiando, a missão foi cumprida, a paz está reconquistada, o povo feliz, cada um respeitando o terreno do outro.

– Mas o leão comeu as ovelhas.

– Conforme acordo agora consolidado, o leão continuará na planície e as ovelhas ocuparão o território do céu.

O papagaio fez tudo direitinho e Macaco-gorila retornou na condição de grande estadista, mas Abdul estava furibundo, palavra nova, perdera sua produção, e lembrou o pai que produção menor significa menos impostos.

Adão recebeu o Macaco-gorila e, sem maior explicação, desceu o sarrafo, pelo que Macaco-gorila passou dois dias sarando as feridas com folhas de abacate, Abdul desejava castigo maior, mas Adão conteve sua raiva para evitar que o Paraíso ficasse desfalcado de personagens.

Adão e o suicídio

Adão envelheceu, cansou de lutar contra as fêmeas e prometeu deixá-las em paz. Resultado: elas perderam a vergonha e todos os limites e começaram a infernizar a vida dos maridos, dos namorados, dos pais, vizinhos e todos os machos do Paraíso.

Como a única reação aceitável seria matá-las – quem iria limpar bunda de criança? –, Adão perdeu a autoridade.

Manhã cedo, as macacas foram em comissão à casa de Adão exigir direito de voto, eram integrantes da Criação, igualdade entre os sexos, discurso acabado, redondo, pior que isso: comprido.

Adão desconversou, disse que era

uma decisão importante demais para resolver sozinho, as mulheres logo desejariam usar calça comprida, fumar, sair à noite, exigir pensão alimentícia.

Dia seguinte, foi ao deserto e chamou o Altíssimo, chamou em voz baixa, quase um sussurro, a Criação está perigando, ou tomamos uma atitude agora e colocamos as fêmeas no seu devido lugar, ou o mundo vira um pandeiro.

Foi a vez do Altíssimo desconfiar: pandeiro?

Adão pediu desculpas, também não sabia o significado, inventara uma palavra sonora, mas devia ter o sentido de confusão, tumulto, barulho, barafunda.

O Altíssimo calou-se por momentos para pensar. Adão, do alto da sua insignificância, pensou ter vencido o Criador e deu a estocada final, como um golpe de Estado para reassumir seus plenos poderes, e bradou:

– Afinal, sou o Rei da Criação.

O Altíssimo levantou a mão direita, esticou o dedo indicador e o sacudiu:

– Adão, dotei as mulheres com algumas virtudes, mas a ti, homem, brindei com a inteligência. Esperava que descobrisse a tua realidade por conta própria. Você pensa que é o rei da Criação porque veio antes? Teu encargo foi ajeitar a casa e garantir comodidades para Eva, o sexo frágil. Num futuro próximo nenhuma mulher lavará louça ou encostará num tanque de roupas.

Este foi o dia no qual Adão pensou, pela primeira vez, em suicídio.

Populário Musical no Sul – III

Segunda metade do séc. XX, fase pré-festivais.
Nesta edição: Túlio Piva, Luiz Menezes e Gildo de Freitas
Irineu Mariani

Em Populário Musical no Sul I, Caderno de Literatura nº 12, focamos a 1ª metade do Séc. XX, destacando Lupicínio Rodrigues, Pedro Raymundo, gaita, radiofonia e trova. Lupi talhou a música popular gaúcha urbana, e Raymundo a rural, chamada gauchesca. Depois, em Populário II, Caderno nº 15, destacamos Irmãos Bertussi, os cancioneiros das coxilhas, com sua música de baile, Paulo Ruschel, talento multimídia, compositor de Homens de Preto e criador da Calhandra de Ouro (prêmio máximo da Califórnia da Canção Nativa), Barbosa Lessa, homem multimídia, compositor de Negrinho do Pastoreio, e Paixão Cortes, o maior monumento da pesquisa de folclorismo, livrou o Rio Grande do Sul da amnésia, já imortalizado na Estátua do Laçador, no Sítio do Laçador, principal entrada-norte da Capital gaúcha. As fases da História não têm data marcada para iniciar e terminar, e sim marcantes que determinam o início de uma e o início do fim de outra. A que chega não vem a galope, e também não a que vai. Elegemos a fundação do 35 CTG, em 24-4-1948, como início de nova fase do Populário Musical no Sul, mas as personagens e influências continuaram presentes, apenas não predominando; e, como final, o início dos festivais, em 1971, o primeiro, mais famoso e relevante: o Califórnia da Canção Nativa, de Uruguaiana. Ainda centrados na fase pós-35 CTG e pré-festivais, e com base nos 30 Fascículos de O Som no Sul, de Henrique Mann, retornamos, agora evidenciando TÚLIO PIVA, LUIZ MENEZES e GILDO DE FREITAS.

Túlio Piva

Túlio Simas Piva, filho de José Piva (italiano de Verona) e de Almerinda, nasceu em 4-12-1915, em Santiago-RS. Ouvia música pelas rádios, muito, na região, argentinas e uruguaianas. Aos 8 anos, começou a tocar gaita de boca, aos 12, flauta transversal e depois violão; aos 14, foi estudar em Santa Maria, e aos 15 em Porto Alegre, onde em bares teve contato com a boemia, mas logo voltou a Santiago, indo trabalhar na farmácia e fábrica de sabonetes da família Piva.

De 1931 a 1939, foi seresteiro, entoando os clássicos do cancionero argentino. Ao apresentar Coisas do Rio Grande, na Rádio Santiago, conheceu a música regional. Até então, música era tango. Casou-se com Eloísa Tarragô, sem se afastar da boemia. Foi na tranquilidade do lar – disse – que nasceu em mim o compositor. Fiz, então, o meu primeiro samba: Tem que Ter Mulata.

Em 1952, o Conjunto Farroupilha projetou-o com diversas canções na Rádio Farroupilha: Marcha da Cegonha, Mário ou Maria, Camisa Furada e Chofer de Lotação. Isso o animou a voltar a Porto Alegre, abrindo uma Drogeria na Rua da Praia (dos Andradas), nº 1674, local de encontros de artistas e boêmios. Nos bares boêmios, conheceu o humorista Carlos Nobre, que o apresentou a Paulo Deniz,

que o levou ao programa Encontro com Gente Nova, no Clube da Chave, encerrado ao som de Tem Que Ter Mulata. Sucesso total! Glênio Peres levou-o no programa A Saudade Bate à sua Porta, na Rádio Farroupilha, apresentação considerada início da trajetória. O samba Tem Que Ter Mulata foi gravado pelos Conjuntos Melódico Norberto Baldauf e Farroupilha, por Germano Mathias, Elsa Soares, Carmélia Alves e Caco Velho, inclusive nos Estados Unidos e na ex-União Soviética. Foi cantado até por grupos carnavalescos uruguaianos, após memorável temporada, em 1956, mesmo ano em que foi contratado pela Rádio Gaúcha. Elis Regina gravou duas músicas suas: Silêncio e Mundo de Paz.

Em 1963, no bar Mil e Uma Noites, houve festa ao boêmio e jornalista Antônio Onofre, conhecido como Dono da Noite. Túlio fez um samba: Dono da Noite, que não ligas preconceito, tens estrelas na alma, e a lua dentro do teu peito. Dorinha Freitas gravou-o com o título Gente da Noite, outro grande sucesso, e que nominou seu programa na Rádio Difusora em 1975.

Em 1968, venceu o II Festival Sul-brasileiro da Canção com o samba Pandeiro de Prata. Arrebatou o público de 5.000 pessoas. O jornal Zero Hora escreveu: Foi uma das maiores consagrações populares prestadas a um compositor gaúcho. Ao apresentá-lo no Festival Brasil Canta, da TV Excelsior, no Maracanãzinho, diante de 23.000 pessoas, inexplicavelmente foi-se o som, e ficou a alta suspeita de sabotagem.



Retorno à Querência, óleo sobre tela de Marcos Fontes

Venceu Modinha, de Sérgio Bitencourt. O episódio e a gravação por Jair Rodrigues tornaram Pandeiro de Prata mais famoso que a vencedora.

Em 1975, abriu o bar Pandeiro de Prata, na Av. Protásio Alves, nº 340, e depois o Gente da Noite, na Av. João Pessoa, nº 1411, famosas casas noturnas da Capital gaúcha. Gravou, em 1977, com Eneida Martins, o LP Gente da Noite; 1979: LP Pandeiro de Prata; 1981: LP Sambas & Choros, com os netos Rodrigo e Rogério. Em 1993, faleceu de câncer no Hospital São Lucas da PUC-RS. O Teatro de Câmara, na Cidade Baixa, hoje se chama Teatro de Câmara Túlio Piva.

A obra musical de Túlio é vasta. Há referência de que compôs aproximadamente 500 sambas. Como é que um cara lá do meio do mato, de Santiago do Boqueirão, me sai sambista? – foi a pergunta que Paulo Deniz, meio incrédulo, fez a Carlos Nobre quando este lhe apresentou o sambista de Santiago Túlio Piva. Pois é. Música-arte é assim: sensibilidade e inspiração.

Túlio, na confluência de velhas emoções, desperta-nos insuperáveis saudades. Recria os encontros casuais nas ruas do centro de Porto Alegre e também em seus dois bares, onde amantes da noite iam vê-lo e ouvi-lo, cercado de parceiros, todos com um copo de whisky, o melhor amigo do homem, como dizia Vinícius de Moraes, e o fígado fazendo muito mal ao whisky, diria Aporelli, o nosso Barão de Itararé. Túlio iluminou a vida com a música e fez dela um espaço de bem querer. Alma enluarada, compôs e cantou o reinado do amor, da paixão, do

romantismo, do lirismo. Será que isso não tem algo a ver com Verona, Itália, cidade natal de seu pai, terra de *Romeu e Julieta*, história entronizada na literatura universal por Shakespeare?

Luiz Menezes

Luiz Menezes, filho de Franklin de Menezes e Carlota, nasceu em 20-2-1920, em Quaraí, cantor, compositor, poeta, radialista, apresentador de TV, introdutor da milonga em português e defensor da pátria gaúcha.

Em 1940, transferiu-se para Porto Alegre para ser músico, mas foi ser empregado no DAER, e em 1942 na Carris. Casou-se em 1943 e começou a série de 7 filhos, o que o obrigou a trabalhar como representante de laboratório. Nas viagens, tocava e cantava. Quando possível, batia ponto na Casa Beethoven, frequentada por artistas do rádio e cantores, então na Galeria Chaves, Centro (hoje na Rua Senhor dos Passos, em frente ao Instituto de Belas Artes da UFRGS).

Lauro Rodrigues, em 1951, o convidou ao programa Campereadas, na Rádio Gaúcha, onde abriu a sua jornada musical. Em parceria com Lauro, compôs Chininha Linda, Missioneiro e Cabra Gaudério. Com voz grave e aveludada, também era locutor. Nessa época, projetou-se com Oração Crioula, Cantiga da Saudade e, sem dúvida, um dos clássicos do cancionário gaúcho, Piaquito Carreteiro, gravada, em 1956, pelos conjuntos Farroupilha e Os Gaudérios, indo às paradas de sucesso, inclusive no Rio de Janeiro, gravada até na França. Também ganhou o título Revelação, com o trio Os Tapejaras, fundado com Cléber Mércio e Lidinho.

Em 1957, Darcy Fagundes, do programa Grande Rodeio Coringa, da Rádio Farroupilha, o convidou para a difícil missão de substituir Paixão Cortes. Formaram, então, uma das duplas de maior sucesso na história do rádio gaúcho. Talentoso, atuava como redator, locutor, rádio-ator, cantor e violonista. Consagraram-se as declamações de Darcy, com o dedilhar de Luiz Menezes ao violão. Fizeram várias apresentações em Santa Catarina, Paraná e

São Paulo.

Na década de 1950, às vezes era criticado por usar em demasia expressões castelhanas. Em resposta, compôs Milonga de Contrabando, considerada pioneira em português, cuja letra diz: Velha milonga argentina, uruguaia e brasileira / contrabandeaste a fronteira na alma dos payadores / sempre a falar dos amores / na tua rima baguala / se diferente na fala / e no cantar de cada um / tens uma pátria comum / no pampa a todos iguala.

Em 1960, assumiu o programa Fogo de Chão na Rádio Difusora; 1967: Vice-Presidente da Ordem dos Músicos, Seção do RS, e a UNESCO escolheu Piazzito Carreteiro para representar o Brasil em LP de canções para arrecadar fundos às crianças carentes; 1972: medalha Negrinho do Pastoreio, maior honraria concedida pelo Governo Gaúcho; 1977: LP Luiz Menezes e Suas Cantigas; 1981: assumiu o programa Fogo de Chão, na TV Bandeirantes; 1982: LP Fogo de Chão com canções suas; 1985: prêmio especial 30 Anos de Nativismo, da Califórnia da Canção; 1988: Presidente da OMB, criando a carteira de músico regionalista; 1989: voltou à cidade natal (Quaraí); 1995: CD Versos e Cantigas de Luiz Menezes e Dorwal Dias; 1999: troféu Guri na Expoiner; 2000: livro *120 Anos de Emancipação*, contando a história de Quaraí em poemas.

Há outros livros de poesias: *Tropa Amarga*, *Além do Horizonte*, *Chão Batido* e *Luiz Menezes – 50 anos de Poesia*. Sua obra musical, além de seus quatro discos solo e participações em coletâneas, tem mais de cinquenta músicas gravadas por vários intérpretes.

Em entrevista a Airton Pimentel, publicada em *O Som no Sul*, Fascículo nº 4, de Henrique Mann, disse: Sempre defendi a tese da 'pátria gaúcha', já que não tínhamos ritmos só nossos. (...). A beleza atual da música popular gauchesca se deve muito aos festivais. (...). Fundamentalmente, os festivais foram a substituição dos programas de auditório.

Todos os caminhos levam a Roma, diz o brocardo. Luiz Menezes dizia: Todos os atalhos levam a Quaraí, onde nasceu, partiu e retornou para rever os velhos cepos e viver seus últimos anos, até 12-10-2005, quando fez o seu último atalho, indo para além do horizonte, deixando-nos um legado telúrico, ancorado nos valores essenciais de sua querência. Cantou a ternura, enalteceu a mulher, sublimou o amor e a saudade.

Gildo de Freitas

Leovegildo José de Freitas – Gildo –, Rei dos Trovadores. Sempre armado de faca e revólver, e dando baforadas com um bem criado palheiro, vulgo cigarro crioulo, no canto da boca, também Rei dos Bochinchos, tantas foram as pelepas e tiroteios em que se meteu. Foi preso dezenas de vezes. Era hóspede assíduo do cadeião do Gasômetro, em Porto Alegre, cidade em que nasceu, no bairro Passo d'Areia, em 19-6-1919, então zona rural, filho de Vergílio de Freitas, castelhano, e Georgina.

Iniciou-se na música aos 8 anos, na acordeona de seu irmão Alfredo, e já fazia versos rimados, de improviso, como gente grande; aos 11, fugiu de casa e foi pedir emprego numa cancha de carreiras de cavalos. Encontrando, cativou a todos. Aos 16, poucos se arriscavam enfrentá-lo na trova; aos 18, em 1937, quando cantava com amigos num bolicho, a Polícia do Gen. Flores da Cunha chegou. Houve briga violenta. Faleceu Otávio, seu amigo, e ele foi preso e espancado no cadeião do Gasômetro. A partir daí, jurou ódio à Polícia, e nunca mais cessaram os estrupícios.

Em 1939, comprou seu primeiro violão, época em que tocar e cantar era coisa de desocupado. Gildo não apenas tocava e cantava. Também comprava e vendia verduras e artigos campeiros no Mercado Público, era pedreiro e carregador de tudo que aparecesse. Casou-se com Dona Carmem e foi residir em Canoas. E não demorou se envolver em mais uma briga. O casal teve que ficar diversos dias no mato, enquanto a Polícia o procurava. Ele próprio disse: Já fui preso mais de 30 vezes e nunca entrei caminhando na cadeia; só arrastado!

Começou a se projetar como trovador em 1944, com viagens pelo Interior. A mania de andar sempre de faca e revólver, broqueando com a Polícia e se metendo em confusões, dificultou sua sobrevivência. Aí, começou a vender pneus. Dizia que vinham de Santa Catarina. E vinham, pois lá, em razão disso, se envolveu em mais um tiroteio. Tratava-se de contrabando. Eram os comentários. Em 1949, desapareceu. Foi encontrado na fronteira, paralisado das pernas. Tinha sido preso e sofrido sessões de afogamento. Ficou longo tempo se recuperando em Alegrete.

Em 1950, conheceu Getúlio Vargas, passando a trabalhar na sua campanha à Presidência

da República, o que lhe deu certa "folga" em relação à Polícia, mas isso não o livrou de cumprir pena em 1951. Foi ao Rio de Janeiro, porém sua vida continuou na dureza: trabalhou em granjas de arroz, dormia nas palhas por falta de cobertas, e fez carga e descarga de caminhões de aterro.

Até 1955, sua produção musical foi tão desordenada quanto sua vida tumultuada. Nesse ano, fez dupla com o jovem Teixeira, mais tarde ídolo nunca superado. Percorreram os Estados do sul, em memoráveis apresentações, aventuras e encrências. Como não havia equipamento de som, era tudo no "gogó", dizia. Em 1956: atração no Grande Rodeio Coringa, da Rádio Farroupilha, apresentado por Darcy Fagundes e Luiz Menezes; 1963: LP Sertão em Festa, com a música Mula Preta, ao lado de duplas como Tonico e Tinoco e Pedro Bento e Zé da Estrada; 1964: LP O Trovador dos Pampas, com História dos Passarinhos e, em homenagem a Getúlio, A Grande Perda do Brasil, ano em que também foi preso pela dita Revolução, a pretexto de envolvimento com os trabalhistas e guardar armamento, e – disse – foi a primeira vez que entrei caminhando numa cadeia; 1965: LP Vida de Camponês, com a faixa Baile de Respeito, iniciando a célebre porfia com Teixeira, que respondeu com Baile de Mais Respeito; 1967: coletânea Ô Che, com Não Mexe Com Quem Está Quieto, cuja última estrofe diz: Eu te aviso, Tei-xei-rinha / Ligeiro com pouco prazo / Não convém tu criar caso / Que é prá evitar o perigo / Eu não sou bom inimigo / Já sabe as provas que deu / Antes pelear contra a lei / Do que ter questão comigo; 1968: outro LP; 1970: LP gravado num estúdio na Rádio Gaúcha porque se recusou a ir a São Paulo; 1975: LPs O Ídolo Gildo de Freitas e Gildo de Freitas e seus Convidados; 1977: inaugurou a Churrascaria Gildo de Freitas, em Viamão, e iniciou os Bailões, negócio que vendeu ao Sr. Cardoso que, junto com Reci, seguiu com os Bailões, fenômeno de massas no RS; 1978: com frequentes baixas hospitalares, foi se aquietando; 1982: LP Reconheço que Sou Grosso, tremendo sucesso.

Sem dúvida, personalidade paradoxal. De um lado, homem brigão, valentão, sempre armado, famoso bochinheiro e baforando um cigarro crioulo, metia medo. Aprontou de tudo em fandangos, bolichos, canchas de bochas e carreiradas. De outro, alma extremamente sensível às coisas campeiras, aos sentimentos do

povo simples, à natureza, fazia versos de improviso com incrível facilidade, definindo a trova como uma matemática de rimas; tem que fazer a conta ligeiro e rimar. Será sempre lembrado como o maior poeta repentista. Tinha inteligência tão aguda e rápida quanto no gatilho. Floreava tão bem o instrumento musical quanto a faca. Não tinha sequer o curso primário. Cantava em melodias e letras simples, sem requintes. Era o que lhe brotava da alma. Gildo era pura inspiração.

É difícil estabelecer uma ordem cronológica em sua extensa obra musical, pois eram feitas coletâneas e discos mistos com canções novas e antigas. Não gravou apenas os LPs citados. No arquivo da Continental, até 1985, constavam 26 LPs. Há ainda os lançamentos posteriores em CDs.

No Hospital Conceição, de Porto Alegre, com enfisema pulmonar, cirrose e problemas cardíacos, sentava-se, pegava o violão e cantarlava. Dizia que estava conversando com Deus. Faleceu em 4-12-1983, com 64 anos, menos pela idade e mais pelos golpes que deu à própria saúde pelo tipo de vida que levou. Foi enterrado onde e como pediu: no cemitério de Viamão, pilchado, sem caixão e na lápide a frase Aqui descansa um gaúcho que honrou a tradição! Gildo morreu, e Viamão viveu o maior tsunami de gente e engarrafamento de sua história. A Lei-RS 8.819, de 1989, instituiu 4 de dezembro Dia Estadual do Poeta Repentista Gaúcho.



Os outros que miram as ruínas

Nei Pires Mitidiero

O fim da tarde se aproxima. É a hora de Marujo. Ele, uma vez mais, deixa as vielas do povoado e se encaminha para o casarão abandonado. Pobre homem! Enlouqueceu, comenta o ferreiro da Solidão, ao vê-lo passar bradando aos céus.

Marujo vai às ruínas do convento, que ainda estão ali onde o mar sopra o vento que bate e passa sobre antigas paredes e onde o sol penetra nos íntimos vestibulos de tantas orações e segredos: E sacrílegas orgias. As freiras dançando nuas em volta da fogueira.

Os velhos da Solidão, vila açoriana que se estende nas margens e ao longo da Estrada do Inferno, de infernal passagem, dos atoleiros sem fim na areia branca soprada das dunas, ainda dizem que, em certas ocasiões, as noites do convento eram diabólicas, e as freirinhas dos homens que por lá passavam. E se achegavam. Tão cobiosos eram os olhos, provocantes os trejeitos das jovens que abanavam das janelas e da grande porta central do casarão. E dizem, ainda, que os raios da noite terrível que o incendiaram e ensejaram a mortualha toda eram a fúria do Criador.

Não longe dali está o Farol da Solidão. Luz antiga da marinhagem que alumia o desvario dos caminhos dos mares. Estão os restos do Monte Atos afundados na areia e afogados pelo Atlântico que, agora generoso, deixa-os respirar e olhar para o farol e o solitário mosteiro. Os fantasmas que habitam a carcaça do navio e o sobrevoam miram as ruínas. Eles conhecem os segredos.

Os destroços do Monte Atos parecem enormes pedras jogadas à costa areenta. De perto, despontam enviesados e figuram um cemitério de navios de diáfanos cadáveres assomando intermitentes da água verde. Ao crepúsculo, sombras tétricas se aproximam do lugar. Logo tudo é só: sombras. E o farol solitário espreita o fantasma do cruzador, a paisagem dos mastros e do casco encarquilhados, das dunas e da areia que se espalha

e mais se distancia do mar.

Mar em que os olhos de Marujo viram o que não era possível ver. Foi num longínquo dia dos mortos.

Era tarde do Dia dos Finados. O sol faiscava raios. No verde mar, as tainhas saltavam. Calmaria. E o Monte Atos singrava solenemente nas águas espiadas pelo farol. Os marinheiros olhavam para este e lembravam das noites no mosteiro. Não sabiam da Noite Furiosa. Escurecia. E a vila da Solidão e o mosteiro das ninfas estavam logo ali. As aves de colarinho branco e de plumas negras que revoavam no local, aos olhos dos marinheiros, eram freirinhas das águas verdes. As gaivotas acercavam-se do navio.

Elas pousavam mansamente no balanço das águas. Em fileiras, formavam um misterioso cortejo. Havia algo de tenebroso na água e no ar, assustavam-se os marinheiros.

O risco improvável do corisco surge no azul. O estrondo do trovão se despega do infinito e num instante as gaivotas não eram mais gaivotas, eram angelicais freirinhas que rezavam com terços nas mãos e caminhavam sobre a aguada. Pai nosso que estais no céu. O estribilho infestava o Monte Atos, a procissão tomava o convés e dava voltas sem parar. Mas, logo eram outros rostos e vozes. A maliciosa face aparecia, a voz rouca delas ecoava no singrador. O Malvado estava ali. O rouquenho coral blasfemava e perjurava. E imensa onda abocanhava e absorvia o Monte Atos, e o afogava.

Marujo, o único sobrevivente, vaga feito zumbi noite e dia pelas ruelas da Solidão, pelo areal branco das dunas, pelos corredores das ruínas do convento, a rezar o Pai Nosso e a blasfemar pelos cantos.

E à noite, no convento, conversa com as sombras negras das paredes, das moças-freiras que ainda andam por lá.

Os outros fantasmas miram as ruínas.

O lado lúdico da vida

José Aquino Flores de Camargo

Esta história começa lá nos idos de 1960, quando, ainda nas fraldas, fui educado sob o manto colorado. Meu pai, homem que veio de fora, de rígidos costumes, mantinha distância do guri. Mas soltava toda sua afetividade nos momentos do futebol. Era a hora em que se falava de tudo, ou quando o "chefão" mostrava os dentes.

Nos primeiros tempos, éramos apenas dois (o velho e eu); após, surgiu o terceiro (o mano, Guto, líder da viagem ao Japão). De início, um intruso, a quem eu tinha que ensinar aquilo que o primeiro me educara com maestria. Ele custou, mas pegou gosto pela coisa. E se tornou "igualzinho ao pai", como diz a canção...

Eu poderia citar vários parceiros de fé, mas registro o saudoso "tio robinho". Ele era alfaiate e, no seu cantinho de trabalho, havia flâmulas, alegorias, pôsteres, fotografias dos ídolos colorados.

Das glórias do "rolo", das imagens de Larry/Bodinho, da escassez de vitórias nos anos 60 aos anos áureos pós-Beira-Rio, surgiram os tempos modernos, parte da história que vem com os filhos: Leonardo, Laura e Paula, todos educados na linha colorada. Admito, talvez, um certo exagero no legado.

Somaram-se jornadas e dificuldades. O sucesso do tradicional adversário se tornava insuportável. Na companhia do Guto, estivemos em situações delicadas. Algumas delas já contando com o Leonardo. Marcaram a derrota no Estádio Centenário, em Montevideu, a luta contra a tragédia do rebaixamento frente ao Paraná (1999), a epopeia do Dunga contra o Palmeiras e a redenção de Belém.

Até que veio o ano da graça, em 2006. A essa altura, eu já era conduzido pelos parceiros. Vencemos a memorável final do Morumbi. Festa inesquecível. Quando me dei conta, estava no Consulado providenciando passaporte e planejando, com o parceiro de história (Guto), a travessia do mundo, na busca da terra do sol nascente.

Eu não sei se o sol nascia ou não. Se o Monte Fuji era real ou encantado. Se os samurais sobreviveram, se o imperador era Deus ou se os templos eram sagrados. O coração batia muito alto. Não era possível segurar a ansiedade. Eu, simplesmente, virara o mundo e só pensava no jogo de futebol. E revirava meu passado. Será que aquele clube dos Eucaliptos, o dos negrinhos, dos pobres, que se orgulhava de não aceitar a discriminação, alcançaria essa façanha inigualável? Seria uma ficção ou o sonho de uma vida se realizando? Era mesmo difícil fazer turismo, conhecer a maravilhosa Kyoto ou a Casa do Imperador no centro de Tóquio. Sentia-me como alguém altamente comprometido em uma viagem de negócios. Naqueles dias, seria definido algo de mais transcendental importância para a Nação Colorada. Seria eu um alienado?

Dezembro de 2006, para mim, foi reservado à história do Internacional.

Assim como eu, rumaram, incrivelmente, cerca de dois mil colorados para o Japão. Eles eram vistos em todas as partes, nos shoppings, nos metrô, nos templos, nas ruas, nos bares e nas avenidas. Tóquio se transformou em Porto Alegre. Estávamos residindo nas proximidades da Avenida Padre Cacique. É verdade que estranhei a paisagem e o ambiente. Não enxerguei fios elétricos nas ruas nem animais domésticos nas sarjetas. Percebi que o trânsito era organizado, as ruas limpas, tampouco se falava em corrupção ou violência. Entre os colorados, pude observar algumas pessoas com os "olhinhos puxados", pareciam nipônicos. Mas, após a primeira vitória em Tóquio, esses incríveis homenzinhos orientais passaram a gritar no estádio. Talvez contagiados pela pergunta do Toshiro sobre o terremoto. O bar do italiano, nas redondezas do Keyo Hotel Plaza, no Bairro Sinjuko, durante uma semana, substituiu o silêncio respeitoso pelo eco do hino: "colorado, colorado, nada vai nos separar, somos todos teus

FIFA Club World Cup Japan

seguidores, para sempre eu vou te amar...”

Mas não era só isso. Tóquio vivia a atmosfera da decisão. Não havia dúvida que estávamos diante de um encontro mundial. Havia árabes, espanhóis, mexicanos... Na televisão, o noticiário informava que os atletas, na semana anterior aos jogos, já poderiam ser submetidos ao exame antidoping. Era uma questão de seriedade, ou, em outras palavras, de credibilidade da competição, que, naturalmente, em se tratando de mundo capitalista, tinha patrocinador. Mas a FIFA reservava para si todos os direitos de imagem. E a taça não seria entregue pelo diretor de montagem da Companhia, mas pelo Presidente da entidade máxima do futebol mundial.

E a fina ironia reservada pelos fados foi que o coadjuvante da festa seria o símbolo do tradicional adversário: Ronaldinho. Por aqui, alguns apressados trataram de transformar o mundial de clubes em um grande Grenal. E, como se isso fosse possível, as notícias indicavam vendas de camisetas do Barcelona em Porto Alegre, reportagens davam conta que Ronaldinho teria uma origem, até então desconhecida lá fora, mas que, em função do adversário na final, passou a ser alvo de vínculos intrigantes. No Japão, ignorava-se essa história. Mas, em Porto Alegre, esse parecia ser o enfoque. Daí por que fiquei certo de que o impossível aconteceria: a vitória sobre o todo-poderoso Barcelona. É que os catalães tinham se transformado, de uns tempos para cá, em nosso maior rival. Aí pensei: se são rivais, então são “fregueses”, no jargão do futebol. É que os nossos fregueses, uma questão de estatística, são por nós derrotados na maioria das vezes. Uma lógica que me confortava, apesar do poderio do adversário.

Na noite de 17 de dezembro de 2006, em Yokohama, avançamos sobre a História. Transformei-me no guri dos Eucaliptos, cantando, gritando e vibrando. Era um autêntico chefe de torcida. Quando o Gabiru entrou em campo, lembrei-me das histórias do Larry ou do Carlitos, contadas pelo velho meu pai. Quando a bola beijou a rede, eu estava imaginando o foguetório em Porto Alegre, a Av. Goethe fervendo, o “Gato do Alemão” miando, os foguetes espocando sobre minha casa e a alegria dos meus filhos, o choro do meu pai,

enfim, em todos que acreditaram nesse final.

Mas e o velho tio Robinho? A parte dele ainda não estava executada. Foi quando o árbitro apitou falta quase na linha da área em favor do Grêmio, digo, do Barcelona (desculpem o ato falho). Ronaldinho babou-se, lambeu a bola, rezou e chutou no canto direito inferior do tio Robinho, digo, Clemer. Mas eu juro, o velho estava ali, de cabelos brancos. Ele não precisou sequer se agachar, tirou a bola de letra. Ainda piscou o olho para mim e disse que essa era em homenagem ao Leonardo, que nunca acreditou em conversa fiada.

Assim, escrevia-se a história do verdadeiro campeão do mundo, cuja taça está gravada com o logotipo do futebol: FIFA. Naquela noite, após ouvir em cerca de oito idiomas diferentes a glória do Internacional, saí pela ruas de Tóquio, na companhia dos parceiros de viagem (Guto, Xande, Gati, Paulo, Zé, Xuxu, Vinícius, Vera, Julinho e outros tantos...), comprando jornais e souvenirs sobre o campeonato, arquivados na galeria dos autênticos campeões. E ainda deu tempo de comprar um hambúrguer em uma lancheria, apresentando a um indigente que estava com fome. O que, lamentavelmente, acabei por ver naquele lado do mundo, dormindo ao relento, perdido sobre os bancos de uma lanchonete de Tóquio. Nas horas que se seguiram, conheci todo o Japão, cujos samurais ficarão para a História: Clemer, Ceará, Índio, Eller e Rubens Cardoso, Edinho, Wellington Monteiro, Alex (Vargas) e Fernandão (Gabiru), Iarlei e Alexandre Pato (Luiz Adriano), liderados pelo Abelão e Fernando Carvalho.

No retorno, já no aeroporto de Narita, lendo os jornais locais, fiquei apavorado ao saber que um tal de SACI, vindo das Américas, pintado de preto, fumando cachimbo e com um boné vermelho, tinha apavorado o Japão. E suas travessuras, ao final, foram compreendidas pelos amigos orientais. Afinal, eram apenas histórias de vida, cujo valor se escreve na simplicidade de ser plural, de aceitar a todos e ser INTERNACIONAL.

Essa é uma história pessoal, que poderia retratar a de muitos outros brasileiros, ao escancarar o seu lado lúdico da vida. Amor que se intensifica na dedicação à família, na dignidade e no orgulho pelo trabalho e na paixão pelo futebol.

OBRIGADO, COLORADO!!!

Brincadeira de criança

Danielle Martins Cardoso

Tenho duas casas, quando fico com o pai posso fazer o que quiser, mas outro dia comi sete bananas na hora de dormir, minha barriga ficou dura, ele brigou. Eu sei, sou gordo. Não gosto de jogar futebol, andar de bicicleta, prefiro televisão, videogame, orkut e msn. Na escola fico no fundo da sala, é que os meninos são bobos, gritam chegou o rolo de macarrão, olha o airbag, oi bunda de elefante. Outro dia me deram sutiã de amigo oculto, falaram que tenho



peitinho. No banheiro beliscam a minha barriga, cadê o pinto, tira a boia, gordo, aqui não tem piscina. Minha mãe ficou sabendo, mandou colocar umas agulhas na minha orelha, diz que é pra comer menos. Arranco tudo. Quando fiquei doente, minha língua enrolou. Agora tenho que tomar injeção todos os dias. Eu não gosto de injeção. Também não gosto da escola, acordar cedo, prova, muito chato. Papai me deixa cabular de vez em quando. Fiquei puto quando roubaram meu sanduíche no recreio, duas vezes. Fizeram uma roda, o Rique, o Gustavo e o Zé puxaram meu short, todo mundo viu, acabei chorando. Na diretoria ninguém fez nada. Procurei o três-oitão do pai, levei escondido noutro dia. Queria ver quem ia roubar minha comida. Mostrei pros meninos, mandei todo mundo praquele lugar. Logo apareceu o Zuretinha. Vive de castigo, briga com as professoras. Eu gosto dele. Não me xinga, vai de chinelo pra escola, não tem lápis, caderno, merenda, empresto tudo, até dividimos o lanche. O pai morreu, a mãe é meio doida, um dia saiu pelada na rua. Sua irmã é a Polissane. Bonita demais, e também estuda na escola. O Zuretinha é engraçado, faz umas coisas. Passa meleca no caderno do Rique, fica cuspendo a aula inteira, já comeu pedaço de sabão no banheiro. Um dia teve dor de barriga, era prova, a professora não deixou sair. Baixou as calças e fez ali mesmo, rindo. Ficou é doido com o revólver, pôs na cintura, brincamos de xerife. Chamou o Rique, faz a roda aí, gente, roleta russa. O Gustavo também participou. Cada um tinha que fingir de morto depois do tiro. Vai, mira no peito, todo mundo gritava. Só brincadeira, né, tia, ninguém pensou que ia sair tiro de verdade, no olho do Gustavo. Um barulhão, a gente viu o sangue e chamou a professora. O Zuretinha saiu correndo com o revólver. Sumiu. Não teve mais aula, tá uma confusão. Já apanhei demais, agora tenho que ficar vindo aqui, toda semana. Falam, é tratamento, tem que contar tudo. E a mãe do Gustavo lá em casa, chorando. Quer saber, tia, ontem gritei na orelha dela, bem feito, agora ele deixou de me encher o saco.

Fotografia: Mônica Esteve Ruschel

A Cidade dos Sem-coração

Lidia María Cuadrado Payeras

Era uma fria noite de outono aí pelo ano de 1990. Samuel caminhava lentamente pelas ruas daquela que se tinha transformado numa cidade escura e desagradável. Não havia nas suas gentes um cisco de paixão, de esperança, de amor. A vida e a alegria que em outro tempo havia respirado a sua cidade pareciam ter desaparecido, levando consigo até a última gota de felicidade que em outros tempos havia emanado dela.

Samuel sentia-se um miserável passeando por esse lugar de morte e putrefação; no entanto, alguma coisa no seu mais íntimo o impedia de deixar de andar. Procurava alguma coisa, e não sabia o quê. Procurava por isso em todos os cantos, em todas as esquinas, em todas as praças, procurava talvez alguma coisa que o ajudasse a emendar tanto destroço, alguma coisa que lhe desse ânimo e força suficiente para crer que havia uma solução para tanta desolação.

A alvorada surpreendeu-o quando já tinha esquadrinhado quase cada canto da sua cidade. Exausto e abatido, decidiu deter um momento a sua procura. Entrou num pequeno restaurante e decidiu encher o seu vazio estômago antes de desfalecer. O dono do estabelecimento lhe perguntou o que desejava. Samuel decidiu que era preferível jantar copiosamente, e pediu em consequência. Enquanto aguardava começou a olhar pela janela. Havia pouca gente na rua, todos madrugadores dirigindo-se aos seus locais de trabalho. Teria sido uma imagem normal para o momento em que se encontravam, mas alguns detalhes fizeram estremecer o Samuel. Os peões moviam-se de uma forma semelhante às máquinas, com movimentos forçados e estruturados. Samuel os contemplava com repulsa, mas ao mesmo tempo compadecia-se deles e não deixava de perguntar a si mesmo o que é que poderia lhes ter roubado a humanidade.

A voz do dono do restaurante o sacou do seu ensimesmamento.

O seu pedido – grunhiu, olhando para ele com cara feia.

Samuel agradeceu o gesto com uma irônica e triste careta. Não tinha vontade de discutir, mas tampouco tinha vontade de ser amável.

Saiu do estabelecimento com a firme decisão de desvelar o segredo oculto naquela terrífica cidade. Convencido de que ele poderia resolver o mistério, saiu para a rua. Mas já não vagabundeava. Já não duvidava, já não se sentia perdido no vazio dos subúrbios, não temia a noite, não temia nada; havia encontrado uma saída, ou isso queria crer.

Deixou que o vento lhe acariciasse a cara e que a luz do sol banhasse o seu abatido rosto e a cada passo que dava se sentia mais vivo, porque se havia dado conta de que, para fugir das trevas, não se devia lutar contra elas, não tens de entrar no seu mundo; tens, simplesmente, que as deixar para trás. Assim foi correndo a cada bairro, chamando a cada casa, explicando o magnífico da sua descoberta a todos os que encontrava. Mas o pobre Samuel não contou com que só vê aquele que quer ver, e que não havia ninguém nesse lugar disposto a admirar o fantástico da vida que tinham perdido e que, somente com o desejar, o podiam recuperar.

Aquele dia foi frustrante para ele. Incapaz de encontrar uma razão pela qual aquelas gentes se resistiam a crer nas suas palavras, decidiu abandonar esse lugar e ir viver para onde seu entusiasmo fosse bem recebido.

Ninguém tornou a ver nunca mais Samuel, e acho que ninguém se preocupou nunca com ele. Não tinha mais que uma gabardina e um gato (que, tudo seja dito, nunca se importou muito com o dono) e para toda a cidade foi só o "vizinho extravagante". Mas eu, às vezes, penso nele; eu, que o atendi no meu pequeno restaurante e com os meus maus modos não saquei dele mais que uma careta depreciativa e dez dólares. Penso nele, e admiro-o, por ter sido o único sonhador na Cidade dos Sem-coração.

O silêncio do Poeta: “no hay presagio más fiable que la muerte”

R. D. Castiglioni

Mario Benedetti, autor que transitou por todos os gêneros literários, poeta do amor e do exílio, do cotidiano e do desexílio, morreu em maio passado. O mundo das letras lamenta a perda do escritor do “compromisso com a literatura”, da alegria e da resistência, daquele que soube, como ninguém, popularizar a boa poesia de língua espanhola, convertendo-se no poeta mais lido e festejado dos últimos tempos.

Alguns dados biográficos

Mario Orlando Hamlet Hardy Brenno Benedetti Farrugia nasce no dia 14 de setembro de 1920 em Paso de los Toros, Tacuarembó, Uruguai, descendente de imigrantes italianos vindos da Umbria. Mario tem a certeza de que se um dia tiver um filho (que nunca teve) não homenageará a todos os seus parentes: terá apenas um nome.

Em 1928, aos oito anos, inicia seus estudos em Montevideu, no Colégio Alemão, onde cursa o ensino fundamental até ser obrigado a levantar o braço para cumprimentar o professor. Imediatamente, seus pais cancelam a matrícula. Nesta época, muito jovem, começa a escrever poemas e contos.

Nas suas palavras:

“Cuando éramos niños
los viejos tenían como treinta
un charco era un océano
la muerte lisa y llana
no existía.”

Em 1935, frequenta o ensino médio, mas não o conclui. Desde os 14 anos, trabalha em turno integral.

Aos 22 anos, torna-se funcionário público e continua escrevendo. Três anos depois, passa à iniciativa privada e integra a redação da publicação de esquerda *Marcha* até 1974, onde aprende o ofício de jornalista.

Aos 26 anos, casa-se com Luz López Alegre, seu amor de toda a vida.

“(…) cuando nos casamos
los ancianos estaban en cincuenta
un lago era un océano
la muerte era la muerte
de los otros.”

Com 33 anos, publica seu primeiro romance: *Quién de nosotros* e, poucos anos depois, *Poemas de Oficina* e *Montevideanos*.

De janeiro a maio de 1959, no intervalo do almoço, senta-se em um bar do centro de Montevidéu e escreve o romance que vai consagrá-lo internacionalmente: *La trégu*.

Aos 52 anos, participa da fundação do Movimento Independente 26 de Março, que fará parte da coalizão Frente Ampla, e é diretor do Departamento de Literatura Hispano-americana da Universidade de Montevidéu. Porém, em 1973 e devido às ameaças do recente governo cívico-militar, se vê obrigado a viajar como exilado a Buenos Aires. Mais tarde, a Lima e depois, à Espanha.

Publica, entre muitos outros livros, *Pedro y el capitán*, *Primavera con una esquina rota* e *El desexilio y otras conjeturas*. Em 1985, com 65 anos, a democracia volta ao Uruguai e Benedetti também, continuando seu trabalho interrompido em *Marcha*, agora na revista *Brecha*.

O mundo reconhece o valor deste autor de mais de oitenta livros e o cobre de prêmios, medalhas e homenagens.

"Usted madura y busca
las señas del presente
los ritos del pasado
y hasta el futuro en ciernes
quizá se ha vuelto sabio
irremediavelmente
y cuando nada falta
entonces usted muere.

El cuento es muy sencillo."

Mario Benedetti morre no dia 17 de maio de 2009, em Montevidéu, aos 88 anos, e como disse o escritor Eduardo Galeano, a cidade, sem ele, não será mais a mesma.

Nota: fragmentos de seus poemas "Cuando éramos niños" e "Curriculum".

O linguajar gauchesco*

Egiselda Charão

A gauchesca linguagem
é do sul a identidade
é soma da mestiçagem
é sentimento e saudade.

Nesta província pampeana
assumiu um som diferente,
pra demarcar as fronteiras
neste sul do continente.

Retovou-se na roupagem
abarroada dos caudilhos,
temperando pelas geadas
o sotaque dos seus filhos.

Reproduz um rude encanto
na fala timbrada e calma
se o pajador no seu canto
traz ressonâncias da alma.

É telúrica voz do campo
do silêncio é sinfonia.
É qual luz de pirilampo
com lumes de nostalgia.

Traz a marca dos barões
das fazendas e charqueadas
é idioma com qual Simões
descreveu as lendas passadas...

Nossa Língua Portuguesa
durante quinhentos anos
carrega campeiros matizes
no seu troar campechano.

Porém, da fronteira ao serrano
da campanha ao citadino,
retumba tal qual os sinos
das antigas catedrais.

Tem na fala um som divino,
na forma... Sinais imortais!

* Este fragmento de poema faz parte da Trilogia da Língua Portuguesa e foi inspirado na Payada para a Língua Portuguesa, de autoria do poeta Vaine Darde.



Que bom coração

Lauro Dick

que bom coração
não terás tu
menina
que trazes razão
pros pombos da esquina

em cada manhã

eu te quero bem mais
do que a ti as pombas da praça
te vens e te vais
meu amor não passa

eu espero que um dia
repares também no pombal-nostalgia
que em mim se contém



Acrílico sobre tela de Lara Medina Guimarães

Do tempo e do Amor

Nelson Oscar de Souza

Eu
eu chamarei
embora ausente o arco-íris
eu te chamarei para a cor

embora o negrume do olhar
eu te chamarei para a luz

embora a despedaçada voz
eu te chamarei para o som

embora circunscrito o olhar
eu te chamarei para o mar

embora os grilhões de pedra
eu te chamarei para o voo

embora as fendas da dor
eu te chamarei para a alegria

embora a desfalecida vontade
eu te chamarei para a esperança

embora a finitude da força
eu te chamarei à plenitude

embora a indigência da criação
eu te chamarei para o ser

embora esse coração silente
eu te chamarei para o amor

embora a opacidade do olhar
eu te chamarei para a vida

Eu
eu chamarei
embora os limites do tempo
eu te chamarei para sempre...

Remanescente

Adair Philipsen

"Houve esta vida ou inventei?"
(Adélia Prado)

Pois ainda sem percebê-lo,
O viver deixou-nos marcado,
Levou viço, alvejou cabelo,
Porém seguimos lado a lado.

Pelo caminho, tão exigente,
Ao arrostar tantos segredos,
Ficaram cavacos da gente,
Na lição de dores e medos.

Mas nos rumos que tomamos,
Mais rimos do que choramos
A cada volta e a cada partida.

Por isso, sem sobra de temor,
Há de restar sublime o amor,
Além de nossa própria vida...


Eu darei à Fênix
suas asas
e das cinzas novo ninho;
a Quiron suas patas
e trilharei então novo caminho.

Olho da vidraça a tarde calma
vejo a rua antigo pergaminho
conteúdo vários misterioso mar
morto a esbarrar na curva ali da esquina.

Não mais auroras de Agosto
mas, janelas de sol-posto
te dou de minha alma
de quando era menina.

Caminhos

Maria da Soledade Sampaio Damiani



Na trilha dos tempos
Por caminhos perdidos
Caminhos cruzados
Caminhos sem fim
Meus passos trôpegos e cansados
Vão seguindo
Sem rumo
Sem destino
Sem manhã, tarde ou noite,
A deriva do aconchego
Em busca...
Quem sabe...
Em busca, sempre em busca...

Quem sabe...

Elaine Harzheim Macedo



Santo seio

Lilian Gattaz

trago em meu peito
uma agonia de último trago
– a do último gole é a que trago –
o desassossego de fundo de cálice
em todos os gritos calados.
aguda é a dor calada
no peito de único álibi
que agoniza
o sentido perdido do pranto
– como a turquesa que perdi no mar –
inexorável
fundo dos mares meus
e antes, nossos
(antes nossos...)
e se agora é hora
a santa ceia sirvo
e do santo seio sorvo
e rezo ao sol nosso
mas de que dois
se estou sozinha?

Cansei

Mariana Moraes

Cansei, mas não sem ter ao menos tentado, pois tentei;
Cansei, mas não sem ter ao menos extravasado, pois extravasei;
Cansei, mas não sem ter ao menos sentido, pois senti.

Ah e como senti!
Senti no fundo d'alma, pois foi assim que me entreguei.

Outros poderão dizer-se ainda preparados para o novo dia que surge por detrás das montanhas.

Entre eles, eu não me incluo. E não por ser preguiçoso ou coisa que o valha, mas porque ao olhar para trás percebo que a energia despendida realmente valeu a pena, e ao olhar para o futuro, já não o quero com aquela mesma gana de outrora.

Cansei.
É a tua vez de viver!

Fotografia: Mônica Esteve Ruschel



À vida

José Paulo Bisol

Tuas amargas surpresas
não me esmagam!
As esperanças ilesas
como lágrimas alagam
a dureza de teus olhos.
E vou descobrindo enleios
até no frio dos escolhos
erguidos como seios
em teu corpo de espanto.
Se duvidares, olha:
onde a lágrima te molha
cantas, vida, como eu canto.

quando a neblina mansa abraça o campo
e galhos dançam sob o fogo
exalam cheiros, lembranças, suspiros de outros tempos
e o teu olhar em chamas busca o meu
e tomas duas taças
meus seios
e o vinho rubro nos colore as faces
sei que é inverno
então, me cobres com teu corpo

Inverno

Mariza Baur

Arte

Sônia Heinz

A arte é maravilhosamente irracional, exuberantemente sem propósito, mas ao mesmo tempo absolutamente necessária. Sem propósito e ainda assim necessário, eis algo difícil para um puritano entender.
(Günter Grass, Prêmio Nobel de Literatura 1999)

O lugar da arte em nossas vidas a partir de 170 anos para cá mudou drasticamente.

Das igrejas e da corte, a arte transferiu-se para a praça pública. Uma parte foi arrebanhada e conduzida para as galerias públicas de arte ao alcance de todos nós. Outra parte, após breve aparecimento nos mostruários dos comerciantes, passou às mãos de particulares, mas qualquer pessoa que viva acima do nível de subsistência pode hoje adquirir obras de artistas de reputação na forma de reproduções impressas e gravuras. Embora haja poucos sintomas de interesse geral pela arte, esta se tornou menos exclusiva e, portanto, avançou paralelamente aos maravilhosos progressos sociais de nosso tempo.

O papel e a imagem do próprio artista também mudaram, pois testemunhamos uma completa transformação da vanguarda. Hoje, o artista não é um misterioso profeta nem um marginal desprezado. Cada vez mais assume um status profissional.

Tendo dedicado boa parte de seus esforços para sobreviver ao desdém público, o artista de vanguarda tem hoje de se proteger dos perigos inerentes ao sucesso e à publicidade.

O perigo não está, nos modos de arte que ainda ontem pareciam vitais e definitivos, tornarem-se obsoletos – a verdadeira obra de arte permanecerá, apesar disso –, mas numa nova academia de rebeldia.

Ser novo é a convenção de nosso tempo.

Não é só mais fácil ser novo do que ser bom, mas também é mais fácil se impressionar pelo novo que pelo bom.

O espectador individual tal como o artista tem que encontrar o seu caminho através de uma selva caleidoscópica de arte moderna. Num mundo fragmentado e confuso, ele não pode esperar a descoberta de um mundo artístico ordenado e pré-digerido.

Qualquer conhecimento da arte do passado

e, em particular, um passado recente irá ajudá-lo a desenvolver um sentimento de direção, mas, fundamentalmente, não existe substitutivo para a sensibilidade desenvolvida pelo próprio espectador.

Poucas dúvidas podem existir de que num futuro, quando a arte de nosso tempo for avaliada em contraste com a do passado, será considerada notável – não tanto por sua rebeldia inata e suas interrogações, mas, sobretudo, por sua incessante investigação quanto à potência de seus meios.

Na arte figurativa e não-figurativa, testemunhamos uma consciência cada vez mais penetrante do valor da linha, da cor, da forma, da escala e dimensão, do espaço e movimento, como veículo de emoção, e isso será reconhecido como uma contribuição duradoura.

Diz-se que nossa cultura está caminhando de um período verbal para um de comunicação visual, o que significa que os requisitos da existência normal exigirão um refinamento de nossa acuidade visual.

A arte dos últimos 100 anos será reconhecida como a atividade pioneira no sentido de atingir esse refinamento.



Pastel sobre tela de Arlinda Volpato

Texto dramático: caminhos entre a literatura e a dramaturgia da cena

Viviane Jughero

O termo dramaturgia, muitas vezes utilizado para referir o texto literário destinado ao teatro, atualmente tem reivindicado sua utilização como um conceito bem mais abrangente. Contemporaneamente, a dramaturgia é considerada o discurso da obra teatral, o qual pode partir de um texto escrito ou não. Esse discurso é construído a partir da relação dos elementos da encenação, ou seja, é o diálogo entre os elementos da interpretação (expressão corporal e vocal, gestualidade, movimentação), os elementos da cena (cenário, figurinos, iluminação, acessórios, trilha sonora e sonoplastia) e os elementos linguísticos (texto dramático, citação de textos, letras de canções), regidos a partir de uma concepção da direção.


Preceitos recentes da encenação contemporânea apresentam a dramaturgia como obra do diretor e não mais do autor do texto dramático, como nas criações clássicas. Ao mesmo tempo, todos os artistas da equipe são autores-criadores, apresentando diferentes opções ao diretor, que orienta os caminhos a serem explorados e seleciona os materiais conforme os significados e efeitos cênicos que pretende construir.

A narrativa dramática alia os diferentes signos, fazendo com que a composição dos elementos possibilite uma leitura tridimensional, na qual somente o diálogo entre texto, imagem, som e interpretação pode levar à compreensão do discurso cênico. Assim, um elemento redimensiona o outro, possibilitando que sua significação inicial seja relativizada e reelaborada na intersecção das linguagens.

O texto dramático funciona como um dos elementos discursivos da narrativa cênica. Dependendo da concepção da obra, o texto será o elemento condutor, pois toda a encenação deverá contribuir para apresentar a história do texto, respeitando a linha de ação dramática apresentada pelo autor teatral. No entanto, o diretor pode optar por usar um texto dramático como metáfora de alguma situação e "ressignificá-lo" completamente quando associado aos demais recursos cênicos.

Todos os elementos teatrais, aliados à percepção do receptor, produzem o sentido da obra. Desta maneira, cada espetáculo pode ter uma infinidade de leituras possíveis e cada texto dramático pode receber inúmeras concepções diferentes, independentemente do que pretendia o autor literário no momento de sua criação. Os diversos procedimentos enunciativos, característicos do teatro, podem subjugar, contradizer ou afirmar o texto dramático original. Mais do que isso, a obra teatral não prescinde do texto. Em contrapartida, o texto dramático, ao mesmo tempo que não dispensa a encenação, não necessita dela para ter o seu valor artístico reconhecido e existir enquanto literatura à revelia da concretização de sua montagem cênica.

É possível ler um texto dramático e apreciá-lo enquanto literatura, compreendendo a história e completando as cenas com a imaginação, como acontece na leitura de um romance. É uma pena que não se estimule a leitura de textos teatrais nas escolas. A leitura de um texto dramático é, em geral, dinâmica



e envolvente, visto que um acontecimento está encadeado no outro, pois a essência desse tipo de literatura é a ação. Em princípio, o leitor de uma obra teatral não pode interromper a leitura em qualquer ponto do texto, pois, invariavelmente, perderá o ritmo do desenvolvimento da ação dramática, fundamental na percepção do todo. Para respeitar o ritmo potencialmente cênico de um texto dramático, é preciso que o leitor leia a peça do início ao fim, sem interrupções ou, ao menos, reinicie a leitura sempre no início de um ato, ou, em último caso, de uma cena. Ao mesmo tempo, o texto dramático tem uma pulsação interna que instiga o leitor a acompanhar seu ritmo, não sendo difícil respeitar as subdivisões de cena para fazer alguma pausa. Com certeza, teríamos mais leitores se nossas políticas educativas reconhecessem o valor da literatura dramática.

Contemporaneamente, é cada vez mais problemático definir quais as características específicas do texto dramático, pois diversas experiências têm utilizado todo e qualquer tipo de texto para o evento da encenação. É preciso observar, porém, que nem todos os textos utilizados em uma peça teatral são textos dramáticos. Para classificar um texto, é necessário reconhecer a relação entre texto e cena, em cada caso.

Como em qualquer outra obra literária, no texto para teatro, o ritmo e a melodia das frases devem ser elaborados com cuidados com a sonoridade, a dinâmica e a poesia. No entanto, o texto dramático precisa possibilitar a fluidez da fala, independentemente do estilo que o escritor escolheu. Por mais pomposo que seja um personagem, suas falas devem estar adequadas à emissão oral, havendo a percepção permanente de que o signo linguístico será absorvido dentro de uma complexa composição semiótica. Se o texto for escrito com essa preocupação, mesmo quando for apreciado apenas na leitura, convidará o leitor a teatralizá-lo mentalmente.

A fala pode estar presente no teatro enquanto texto dramático ou como elemento textual. Para que se possa caracterizar a função que cada texto tem em determinada obra teatral, é preciso que se defina qual a relação da palavra com a situação e a ação. Se o texto é condutor da ação teatral, será um texto dramático. Se o texto é um signo linguístico da construção dramatúrgica e não determina a ação, ele é um elemento textual.

Por exemplo, a partir do texto *Hamlet*, de William Shakespeare, podemos assistir a uma infinidade de espetáculos completamente diversos, com abordagens distintas de linguagem e concepção. No entanto, se a trama original for respeitada, sempre reconheceremos a história que encontramos no livro, pois o fio condutor da ação dramática é dado por essa obra literária. *Hamlet* é um texto dramático, independentemente da concretização de sua encenação. Se, em casa, acomodados em um sofá, lermos o texto *Mãe coragem*, de Bertold Brecht, imediatamente reconheceremos sua característica teatral e o classificaremos como texto dramático. A literatura dramática é específica e independe da cena para ser classificada como tal.

Se, por outro lado, lermos *Werther*, de Goethe, reconheceremos a força e a carga dramática (no sentido de emoções conflitantes) do conteúdo literário, mas não o relacionaremos com o teatro. No entanto, ele pode ser encontrado no palco em três circunstâncias: ou o texto é inspirador de uma obra teatral, com ou sem falas, ou é um elemento textual (citação) que ganha significado no conjunto da obra, ou ainda, uma adaptação do enredo enquanto texto dramático. Quando lemos uma bula de remédio, não lhe atribuímos nenhum valor artístico.

No entanto, seria possível que ela fosse dita em um espetáculo teatral em diversas circunstâncias, o que, não obstante, não a classificaria como texto dramático.

A história do texto dramático ocidental tem seu primeiro registro nos concursos trágicos da Grécia, nos séculos V e IV a.C.. Aristóteles (384-322 a.C.) foi o primeiro teórico que procurou definir as regras literárias para a construção de um texto dramático. Nos dois volumes de sua *Poética*, o mestre grego aponta as características estruturais da tragédia e da comédia (os gêneros existentes em sua época). Na obra clássica, o enredo é sempre construído por meio da evolução das ações no tempo cronológico. A intriga da tragédia, por exemplo, apresenta a evolução sempre respeitando a seguinte estrutura: exposição, nó, peripécias e desfecho, sendo possível que narremos sem dificuldade uma obra que acabamos de assistir ou ler. No decorrer da história, muitas outras estruturas se mostraram possíveis. Os mistérios e as moralidades medievais apresentavam personagens alegóricos em roteiros didáticos e catequéticos. Já os mimos medievais abusavam da livre improvisação e de movimentos acrobáticos em apresentações que geralmente continham alguma crítica social. A seguir, a *Commedia dell'arte* trabalhava a partir dos *canovaccio* (espécie de roteiro que desenhava o desenrolar das cenas, com amplo espaço para a improvisação). Com o Renascimento, há uma retomada da estrutura grega, como se a *Poética* de Aristóteles fosse o manual incontestável da encenação. Por fim, podemos citar o realismo, quando todos os elementos cênicos estavam a serviço do texto e deveriam buscar apresentar a realidade tal qual ela acontece na vida real. Apenas para se ter um resumidíssimo panorama da relação entre texto e cena.

O texto contemporâneo apresenta rupturas do enredo e da intriga e propõe uma multiplicidade de leituras possíveis. Será, então, que existe alguma característica em comum em todos os textos dramáticos da história do teatro? Será que assim como a poesia, que pode ser identificada como tal desde os primórdios de sua existência, mesmo reconhecendo suas inúmeras variações, é possível descrever os aspectos particulares do texto dramático? Será que, assim como Eugênio Barba, em sua *Antropologia teatral*, busca encontrar a pré-expressividade presente em todo e qualquer ator, podemos encontrar algo similar que esteja presente em todo o texto dramático?

A apresentação da evolução da linha de ação dramática é fundamental para a coesão de um texto para teatro. De Sófocles a Heiner Müller, nas estéticas mais diversas, podemos perceber um encadeamento rítmico entre as cenas construído a partir da apresentação dos elementos semânticos, sua relação, o conflito e sua conclusão, que pode ter uma solução ou não. Também os momentos de maior tensão (por vezes, denominados clímax) existem sempre em um texto dramático, ainda que estejamos falando de Beckett ou Qorpo Santo, autores de teatro do absurdo que rompem completamente com a estrutura clássica.

Não existe texto teatral sem conflito. O que pode variar é o tipo e a forma do conflito, podendo ser interno (emoções e ações de uma mesma personagem), externo (conflito de ideias e objetivos entre duas ou mais personagens) ou ainda uma combinação de ambos. Aristóteles exigia a compressão do tempo e do espaço, dizendo que a cena precisava ser realizada em um mesmo local e que a história encenada não deveria exceder ao período de vinte e quatro horas. Essas características acabavam determinando a compressão da ação e é isso o que se mantém em todos os bons textos dramáticos. Uma obra teatral trata de uma ação definida. Ao contrário de um romance, não pode contar a história de diver-

sos soldados presentes em uma guerra que durou um século. A partir da história de um deles e de sua relação com os outros, o teatro torna o particular universal.

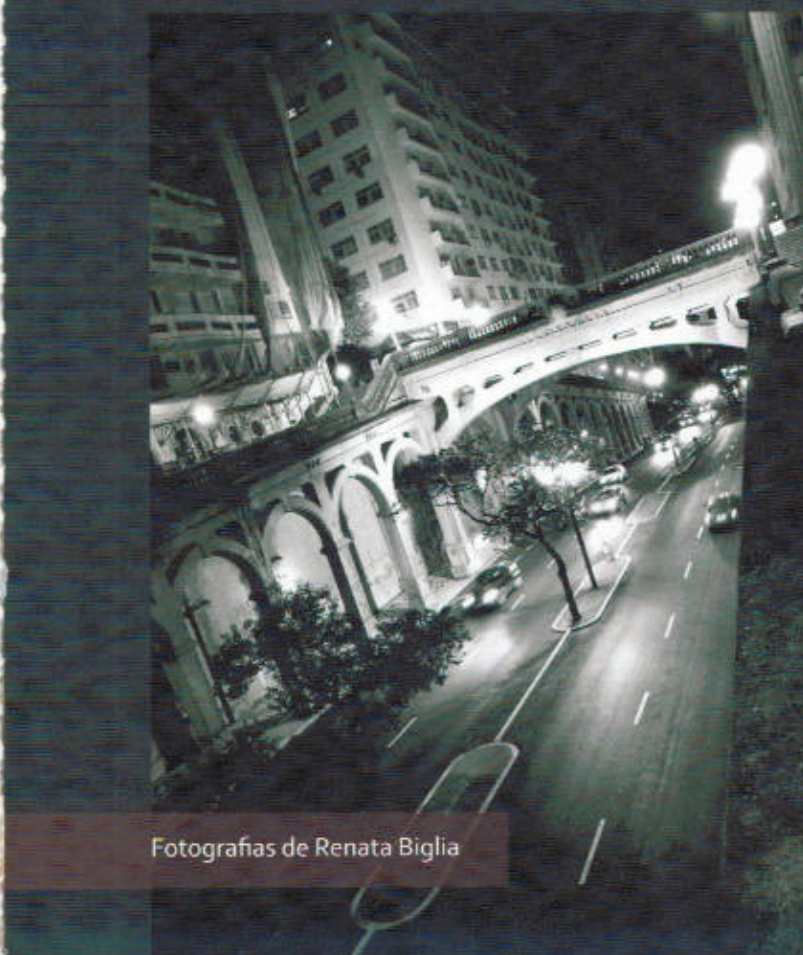
Outra característica fundamental é a unidade. Mesmo em textos fragmentados e aparentemente desconexos, é impossível manter a dramaticidade se não houver unidade. Ainda que a ação ocorra em diversos locais e épocas, com personagens diferentes, ela precisa de uma unidade que dê consistência ao desenvolvimento da trama. Algo que revele que se trata de uma mesma ação, distribuída em diferentes contextos. Caso isso não fique evidente, o texto perderá a coesão necessária ao desenvolvimento rítmico da cena, e a concretização da verossimilhança ficará fragilizada. Essa noção é fundamental. Absolutamente tudo é possível em uma obra artística, mas só alcançará o envolvimento do receptor se for verossímil. Essa verossimilhança nada tem a ver com o conceito da palavra verdade, mas com a construção e coerência da linguagem de cena. Um escritor precisa ter isso em mente quando cria um texto dramático. Caso contrário, corre o sério risco de perder-se no "vale tudo" incoerente e, por isso, desinteressante. Resumindo: desenvolvimento da linha de ação dramática, coesão da ação, unidade, verossimilhança e conflito são as chaves da macroestrutura do texto para teatro.

Agora, partamos a um aspecto fundamental: a construção das personagens. Teatro é ação e assim deve ser o texto dramático. Nesse texto, a fala deve ser ação. É o movimento na estrutura interna do texto como um todo que nos mostra as características particulares de cada personagem. Uma personagem é o que faz. Quando uma personagem diz um texto, nenhuma palavra é ingênua ou indiferente. A eloquência do silêncio também precisa ser utilizada habilmente pelo escritor. As personagens se revelam em suas falas e ações, não nas rubricas. Aliás, é preciso que se tome muito cuidado com as rubricas. Elas devem ser utilizadas com cautela, para que não tentem solucionar deficiências da escrita destinada à fala.

A linguagem utilizada na comunicação diz muito sobre a personagem. Seu modo de falar pode indicar a época na qual vive, a classe social, a faixa etária e a personalidade, dentre outras características.

O autor teatral deve aguçar o espectador ou leitor por meio do jogo da imaginação, dar as chaves sem abrir as portas. A identificação do receptor (empatia) determina seu envolvimento e interesse pela cena. Como já foi dito, o teatro torna o particular universal. O receptor de um texto dramático, independentemente da forma de emissão utilizada, deve ser provocado a estar atento, ativo, sentindo a necessidade de unir os fios para encontrar o sentido. Compreender não é necessariamente resumir uma história e definir a sua "mensagem". Tudo é possível no teatro. Não existe texto certo e errado: existe texto dramático e elemento textual, podendo qualquer dos dois ou ambos serem textos bons ou ruins. Há que se ter o cuidado de verificar que as contradições e ambiguidades são teatrais; as incoerências estruturais, não.

Os caminhos entre a literatura e a dramaturgia da cena percorridos pelo texto dramático abrem imensas possibilidades tanto aos artistas quanto aos receptores desse tipo de obra.



Fotografías de Renata Biglia

Roseli Deon

Mônica Ruschel

"A arte para mim é um caminhar crescente...
Procuro retratar os meus sonhos, minhas ânsias e
angústias, rompendo o compromisso da realidade
para penetrar no voo da criação abstrata."
Roseli Deon

Roseli Deon comemora neste ano 25 anos dedicados às artes. Tendo como formação acadêmica Licenciatura em História, deixou que sua sensibilidade e habilidade a fizessem abandonar a carreira do magistério. A escola pode ter perdido uma dedicada professora, mas o mundo ganhou uma artista.

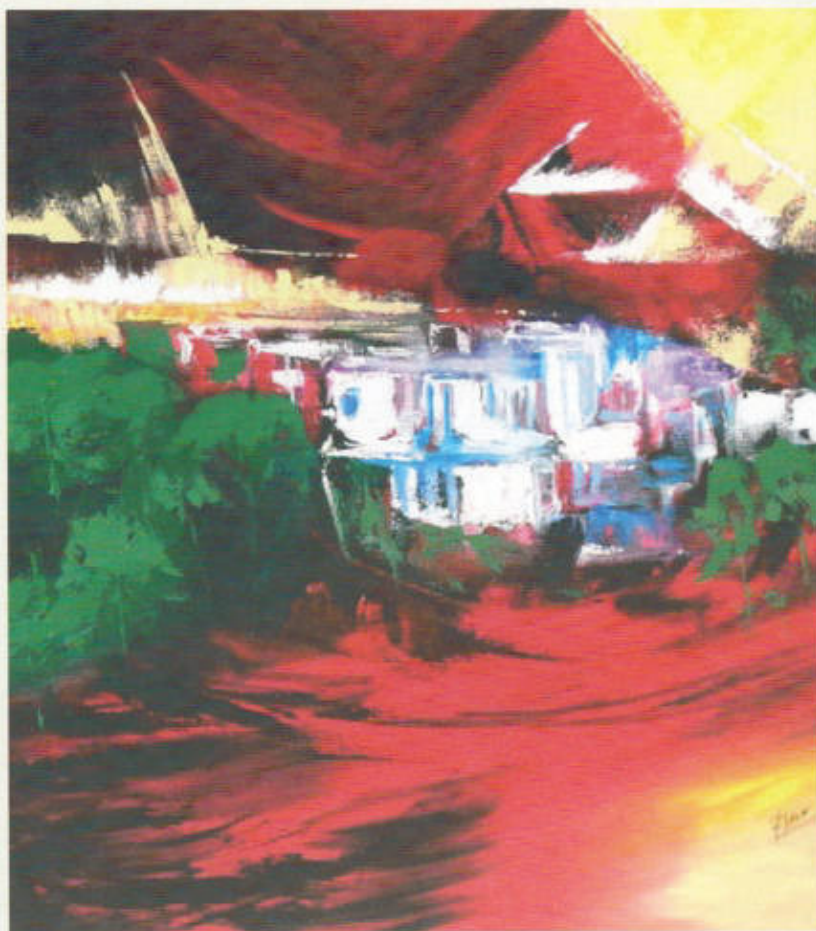
Em 1984, Roseli retoma um caminho que havia interrompido ainda na adolescência. Através de cursos com professores reconhecidos no meio artístico, como Clébio Sória, Armando Villegas, Nathaniel Guimarães, Moacir Chotguis, Ana Maria Giroto, Péricles Gomide, Cláudio Martins Costa e Mário Cladera, mestres, como faz questão de ressaltar a aplicada aluna, ela acrescenta a técnica ao gesto naturalmente expressivo de sua obra.

A trajetória de sucesso de Roseli Deon inclui, além de exposições individuais e coletivas, nacionais e internacionais, premiações como o Cittá d'Arte Biscione Visconteo 1999 ou o L'Artista dell'Anno 1998, em Florença-Itália, expoentes que colorem sua carreira. Ilustrou livros, foi capa de revistas, figura em obras como o *Dicionário de Artes Plásticas no RS*, Cadastro Nacional de Cultura e Agenda e Anuário Brasileiro de Artes Plásticas. A artista colaborou, desde o início, com o Caderno de Literatura e o Divulga Arte, ilustrou a capa do Relatório da Gestão Biênio 1996/97, escolhido através de concurso, e criou o troféu AJURIS 60 Anos, fatos que engrandecem a associação.

Aquarelas, óleos, acrílicos, resinas e bronze traduzem as emoções de Roseli, que se define como uma artista expressionista, e estão registrados no livro comemorativo a esse período de vida voltado à arte. *Roseli Deon – 25 anos de Arte* apresenta parte da obra da artista, oportunizando ao leitor acompanhar, através das imagens, a evolução da sua trajetória.



Acrílico sobre tela de Roseli Deon



Esculturas de Roseli Deon



Cultura Polonesa: Artesanato & Lendas

Artes populares polonesas: Wycinanki e Pisanki

Anna Klaciewicz

1 – Wycinanki

O substantivo wycinanka (fem., sing.) deriva do verbo wycinać, que significa recortar, e denomina uma das artes folclóricas que surgiu e se aprimorou ao longo dos séculos nas regiões centrais e leste da Polônia, onde se tornou comum entre o povo das aldeias e dos vilarejos. Nessas regiões, os artigos de decoração eram escassos. Porém, quando o acesso ao papel se tornou mais fácil, a arte dos recortes se propagou. Para fazer as wycinanki (plural), necessitava-se pouco: um papel dobrado algumas vezes, tesoura, normalmente a mesma usada para tosquiar ovelhas, mãos habilidosas e a criatividade das mulheres, que as confeccionavam.

As wycinanki eram coladas em vigas, paredes, ao redor das imagens dos santos e das janelas e nas prateleiras de utensílios domésticos, e sempre trocadas por novas antes da Páscoa, do Natal ou em ocasiões festivas. Formas primitivas de rodas, estrelas, árvores, pássaros, bonecos, etc., de idêntico e repetido desenho, eram colocadas em fileiras, preservando a simetria e geralmente em uma só cor; as coloridas apareciam nas colagens de galos e pavões. Havia ainda as formas florais, onde do tronco, em simetria vertical, brotavam recortes florais com passarinhos. Outro tipo de wycinanka, mais elaborado, era feito pela sobreposição de um mesmo motivo cada vez menor e de cores diferentes, formando composições geométricas, florais, figuras narrativas e cenas que ilustravam provérbios e canções, casamentos, colheitas, festas dançantes: retratavam a vida nas aldeias.

2 – Pisanki

A arte de enfeitar ovos para a Páscoa é bastante antiga e popular em toda a Polônia. Nas regiões Sudoeste e Norte, arqueólogos encontraram ovos de argila e pedra enfeitados datados do século X. O ovo simboliza vida e fertilidade em várias civilizações. Na mitologia eslava, ele era usado em cultos de primavera e em homenagens aos mortos, visto como garantia de boa colheita e cura, amuleto contra feitiços e



Anna Klaciewicz



Udi Dus



Anna Klaciewicz

todo mal, mensageiro de afetos, etc. Já na religião cristã, o ovo representa a ressurreição de Cristo. Da fusão dessas duas culturas surgiu a tradição de enfeitar os ovos antes da Wielkanoc – A Grande Noite –, como é chamada a Páscoa na Polônia. São preparadas cestas enfeitadas com toalhas brancas e galhos verdes com pequenas porções de comida elaborada para ser consumida durante o domingo pascoal. Pão e ovos, juntamente com o sal, a linguiça, a ricota, o presunto, a raiz forte, o cordeiro e o bolo tradicional são benzidos pelo padre no sábado. Após a missa de ressurreição de Cristo, no domingo, o ovo bento é dividido entre os familiares, antes do café da manhã, com desejos de saúde, paz e prosperidade.

Pisanki (escrever, em polonês) é o nome dado popularmente aos ovos decorados, mas a verdadeira técnica de pisanki consiste em desenhar com cera derretida o ovo já cozido, utilizando alfinetes, palitos ou pequeno funil. Depois de terminado o desenho, os ovos são tingidos e a cera retirada, surgindo os traços brancos antes cobertos por esta. Motivos antigos são repetidos até hoje: sol, estrela, cruz, cata-vento, caracol, pinhei-

ros, flores e folhas, cornos de carneiro e cervo, pássaros, especialmente galos, cegonhas e pavões. Repetindo a pintura e tingindo os ovos várias vezes, de cor mais clara até mais escura, conseguem-se desenhos multicoloridos com a técnica de batic. A tinta natural era obtida de cascas de árvores, flores, grama, suco de beterraba ou mirtilo, ou cozinhando os ovos em casca de cebola. Kraszanki é o nome dado para os ovos tingidos numa só cor. Raspando a casca tingida numa só cor com a ponta de uma faca, obtém-se skrobanki, técnica que exige ovos de casca mais resistente e muita paciência. Há outra técnica denominada oklejanki, que consiste na colagem, na casca dos ovos, de miolo de junco, de lãs coloridas ou miniaturas de wycinanki.

Atualmente, comercializam-se ovos de madeira, pintados com motivos tradicionais, disponíveis junto com wycinanki e outros produtos folclóricos em feiras ou em lojas de artesanato.



Anna Klaciewicz



Kartane Modelski

Lendas Polonesas: Wars & Sawa e Lech, Czech & Rus

Ana Carolina Klaciewicz

Pertencente a uma das categorias do folclore literário, as lendas são narrativas que estão vinculadas com a realidade, ou seja, suas personagens participaram de importantes eventos, são parte do marco histórico de uma localidade. Além de narrarem fatos ligados a indivíduos conhecidos, as lendas também podem referir-se a uma localidade, a um acontecimento particular ou à origem de algo ou alguém. Mas o que diferencia esse tipo de narrativa da História é justamente o fato de ser passada oralmente de uma geração a outra, sendo enriquecida pelo povo, mais precisamente, pela fantasia e imaginação popular.

Relatos ligados fortemente à História são o que podemos encontrar nas lendas polonesas que nos apresentam o surgimento das diferentes dinastias, dos costumes dos povos antigos, das invasões sofridas pelo país. Como a narrativa da paixão entre o pescador Wars e a sereia Sawa que explica por que o brasão da atual capital Varsóvia, Warszawa em polonês, é uma sereia empunhando um escudo; ou então como a história dos irmãos Lech, Czech e Rus, que, na busca por um novo lugar para viver, deram origem aos povos polonês, tcheco e russo. Essa mesma lenda ainda nos informa que a primeira capital polonesa foi Gniezno e a origem de seu brasão.

Uma parte dessas belas narrativas, envolventes e até mesmo perturbadoras, é encontrada no livro *O dragão de Wawel e outras lendas polonesas*, de Anna Klaciewicz e Letícia Wierzchowski, que, além das histórias sobre os três irmãos e do amor de Wars e Sawa, apresenta lendas sobre a mina de sal em Wieliczka, sobre o delicioso pão de mel polonês, sobre o primeiro homem na Lua, sobre a cidade submersa, entre outras. O livro escrito para o público infanto-juvenil é também uma boa indicação para os adultos, que podem visitar a milenar Polônia através de suas lendas.



Livro de Anna Klaciewicz e Letícia Wierzchowski

Referências:

- Folklor Polska Kultura Ludowa. Gliwice. BOSZ-art, 2001.
- OSRODOWSKA, Barbara. Sereia polska tradycja i obyczaj. Warszawa: [s.], 2004.
- SEYMANDERSKA, Hanna. Polska tradycja swiateczna. Warszawa: [s.], 2003.
- TRYB, PIETRASZKOWA, Ewa, MUCZYNSKI e TRACKA, Anna. POL POPEL. Mito. Sereia Ludowa w Polsce. Warszawa: Artaria, 1998.
- KLACEWICZ, Anna, e WIERZCHOWSKI, Letícia. O dragão de Wawel e outras lendas polonesas. Rio de Janeiro: Tril Record, 2005, 95 pág.

As relações da memória

Denis Nicola

A fotografia é memória. Criada para registrar o mundo, possibilitou à humanidade a sua reprodução no campo das memórias visuais, disseminando as imagens e causando assim, pela sua reprodutibilidade, um esquecimento da própria memória, seja ela coletiva ou individual. Para que lembrar, decorar e/ou memorizar se temos a própria fotografia para isso? É a possibilidade do esquecer o que, em outros tempos, seria inesquecível (mitos, contos, histórias e lendas, como exemplos). Uma espécie de vulgarização, talvez.

A "memória" é a palavra, o termo, o assunto, ou melhor, é o tema-conceito que venho trabalhando, e surgiu quando estava ampliando uma foto tirada em Montevideú, no Uruguai. A foto em questão é do interior de uma livraria que compra e vende livros novos e usados, ou seja, um sebo. Ela está localizada em um das centenas de prédios antigos na Ciudad Vieja, bairro da capital uruguaia. Os fatores como a arquitetura (tanto a externa quanto a interna), a quantidade e qualidade dos livros ali expostos, assim como todos os pensamentos e sentimentos que, naquele momento, vieram à tona, fizeram com que eu realizasse o registro fotográfico do espaço e, por que não dizer, um registro "turístico" quase!

Com a ideia da "memória" em mente e uma fotografia em mãos, decidi que o meu tema de trabalho, e dentro do campo da memória, seria os sebos. Especialmente sebos. Quanto mais livros, quanto mais antigos, melhor.

Sebos são lugares especializados no comércio de livros usados. A palavra 'usados' foi o divisor de águas que encaminhou esta ideia. Livros usados, pela sua natureza de serem usados, são exemplares de edições que já foram lidos e que estão, teoricamente, na memória de cada pessoa que o leu (não como na distopia, e na sua causa, do filme *Fahrenheit 451*¹).

O objetivo da fotografia de sebos e de livros de sebos é de lembrar o que é "lembrado", mas que, como livro-objeto, foram relegados ao plano dos



Fotografia: Denis Nicola

materiais, sendo não mais necessários para com aqueles que os leram. Como se tivessem transcendido em seus textos, pela memória, e descartados, posteriormente. Apenas pedaços de papéis impressos não mais necessários. Eles vivem e sobrevivem na mente dos que leram, como escreveu Bradbury² e que Truffaut transformou em filme. Assim, neste caso, o filme que substitui a história (mas não a anula) é como a fotografia que substitui a memória.

¹Fahrenheit 451', direção de François Truffaut; 112 min, 1962.

²BRADBURY, Ray, Fahrenheit 45; Ballantine Books, 1953, 192 p.

Dados biográficos dos colaboradores

Adair Philippsen. Magistrado estadual. Escritor. Sócio-fundador da Associação Literária Mario Quintana, de Santo Cristo, RS.

Ana Carolina Klacewicz. Graduanda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS.

Anna Klacewicz. Polonesa, domiciliada no Brasil. Coautora de *O Dragão de Wawel e outras lendas polonesas* (com Letícia Wierzchowski), 2005.

Arlinda Volpato. Diplomada em Escultura pelo Instituto de Artes da UFRGS. Desenhista e montadora de programas na área da publicidade. Realiza exposições e tem obras espalhadas no país e no exterior. Profa. de Escultura.

Arthur Bl. Rambo. Dr. em Filosofia e Livre Docente em Antropologia. Prof. emérito da UFRGS. Prof. da UNISINOS.

Cristóvam Daiello Moreira. Des. do TJ/RS apos. Idealizador da Escola Superior da Magistratura do TJ/RS e de outras Escolas similares na América do Sul e Central.

Danielle Martins Cardoso. Mineira, magistrada do TJ/SP. Escritora, com textos publicados nas Antologias do Clube Atlético Paulistano e no *Caderno de Literatura da AJURIS*.

Denis Nicola. Graduado em Comunicação Social/ Publicidade e Propaganda pela PUCRS e em Artes Visuais/Fotografia pelo Instituto de Artes da UFRGS. Editor da revista eletrônica *Panorama Crítico* –www.panoramacritico.com

Egiselda Brum Charão. Acadêmica do curso de história da PUCRS. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em poesia, com trabalhos publicados no Brasil e no exterior.

Elaine Harzheim Macedo. Des. do TJ/RS e Profa. Autora de livros, artigos e capítulos de coletâneas na área jurídica. Diretora da *Revista da AJURIS*.

Eunice Nequete. Filha do homenageado Lenine Nequete. Bel. e Mestre em Direito pela UFRGS. Ex-Procuradora-Geral do Estado. Procuradora do Estado apos. Profa. de Direito na UFRGS.

Gunter Axt. Dr. em História Social pela USP. Pós-doutor junto ao CPDOC da FGV-RJ. Prof. visitante na Université Paris VII Denis Diderot. Pesquisador da USP. Site: <http://www.gunteraxt.com>

Herman H. C. Roenick. Des. do TJ/RS apos. Prof. Advogado. Escritor.

Iara Medina Guimarães. Artista plástica, especialista na técnica de pastel seco. Realiza exposições individuais e participa de coletivas. Tem obras no RS, em SP, no RJ, no Uruguai e na Argentina.

Irineu Mariani. Des. do TJ/RS. Prof. e Escritor. Compositor e Maestro do Coral da AJURIS.

José Aquino Flores de Camargo. Des. do TJ/RS. Professor e Escritor. Ex-Presidente da AJURIS.

José Carlos Laitano. Escritor e magistrado. Site: www.josecarloslaitano.com

José Nedel. Bel. em Letras Clássicas, Filosofia e Direito. Mestre e Doutor em Filosofia. Magistrado apos. e Prof. Obra mais recente: *A curvatura da razão*. Poemas, 2009.

José Paulo Bisol. Des. do TJ/RS apos. Prof. e Escritor. Ex-Senador e Ex-Secretário de Estado do RS.

Lauro Dick. Graduado em Letras Clássicas e Filosofia. Mestre em Língua Portuguesa e Dr. em Linguística Aplicada. Prof. e Tradutor. Coautor do *Dicionário filológico da Língua Portuguesa* (Ed. UNISINOS, 2000-2006).

Lidia Cuadrado Payeras. Aluna do Colégio Luis Vives de Palma de Mallorca, onde nasceu em 1995. Vencedora pela Comunidade Autônoma das Ilhas Baleares do Concurso "Jovens Talentos" promovido pela Fundação Coca-Cola.

Lilian Gattaz. Psicanalista em SP e Escritora. Conquistou prêmios literários no país e no exterior. Seu livro de poesias *Mar de dentro* foi premiado pela SEC/SP como Revelação Autor Inédito (2007).

Luiz Antonio de Queiroz. Advogado, residente em SP. Escritor, autor de *Fendas urbanas*, 2008. Vencedor da maratona Acesc, categoria Contos, 2007.

Manuel Cid Jardim. Juiz do Trabalho. Licenciado em Letras – Português. Mestrando em Letras na UNIRITTER. Bacharelado em Filosofia no IDC.

Maria da Soledade Sampaio Damiani. Bel. em Direito. Profa. Autora de poesias e crônicas publicadas em jornais, coletâneas e no Caderno de Literatura da AJURIS.

Mariana Moraes. Advogada. Pós-graduada em Direito. Curso incompleto de Letras. Site: www.marianapispircamoraes.blogspot.com.

Mariza Baur. Advogada e jornalista em SP. Membro do MP da União. Integra a União Brasileira de Escritores/SP. Tem contos, crônicas e poesias publicados em antologias. Recebeu diversos prêmios literários.

Mário Benedetti. Romancista e poeta uruguaio, autor de mais de 80 livros. Detentor de prêmios e medalhas, alvo de muitas homenagens.

Mônica Esteve Ruschel. Artista plástica. Trabalha com restauração cerâmica. Participa do grupo de pesquisas em técnicas antigas de revelações fotográficas na UFRGS e em exposições coletivas de litografias e fotografias. <http://restauroceramica.blogspot.com>.

Nei Pires Mitidiero. Juiz de Direito apos. Advogado e escritor. Autor de *Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro – Direito de Trânsito e Direito Administrativo de Trânsito*, e *Crimes de Trânsito e Crimes de Circulação Extratransito (no prelo)*.

Nelson Oscar de Souza. Des. do TJ/RS apos. e Prof. Mestre em Direito do Estado. Autor de artigos publicados em revistas e da obra *Manual de Direito Constitucional* (3. ed.). Ex-Corregedor-Geral de Justiça.

Oswaldo M. Alvarez. Des. federal apos. Escritor.

Renata Biglia. Graduada em Publicidade e Propaganda. Trabalha com fotografia publicitária, moda, arquitetura, books e trabalhos autorais. Realiza mostras

e exposições. Site e/ou link www.renatabiglia.com www.flickr.com/photos/renata-biglia. E-mails e fone: fotografia@renatabiglia.com e renatabiglia@gmail.com; (51) 9326.6066.

Roberto Figurelli. Bel. em Letras Clássicas e Filosofia. Licenciado em Filosofia. Dr. em Filosofia pela Universidade de Liège, Bélgica. Prof. apos. da UFP. Autor de *Estética e crítica*, 2007.

Ruben Daniel Castiglioni. Pós-Doutor em Letras pela UIB, Espanha. Prof. do Instituto de Letras da UFRGS. Escritor. Coordenador do projeto. É Literatura e é Direito, parceria entre o Instituto de Letras da UFRGS e a AJURIS. Site: <http://chasqueweb.ufrgs.br/~rdcastiglioni>.

Sérgio da Costa Franco. Bel. em Geografia e História e em Ciências Jurídicas e Sociais. Procurador de Justiça apos. Prof. e escritor. Obras recentes: *Memórias de um escritor de província*, 2008; *A velha Porto Alegre*, 2008.

Sônia Maria de M. Heinz. Graduada em pintura e desenho pela Escola de Artes da UFRGS. Pintora, ceramista, desenhista gráfica, diagramadora, professora.

Tupinambá Miguel Castro do Nascimento. Des. do TJ/RS apos. Prof. Autor de artigos publicados em revistas e de vários livros, entre os quais estes: *Passo e propriedade*, 3. ed., 2003, e *Direitos reais limitados*, 2004.

Viviane Juguero. Bel. em Interpretação Teatral e Especialista em Teoria do Teatro pela UFRGS. Artista e produtora cultural. Diretora do Teatro de Arena de Porto Alegre. vivianejuguero@yahoo.com.br; vivianejuguero.blogspot.com

Wilson Carlos Rodycz. Mestre em Direito. Des. do TJ/RS apos. Ex-diretor da ESM/RS. Membro do Memorial do Judiciário/RS. Pesquisador da história da imigração polonesa. Sócio-diretor da R&O Editores Ltda., de Porto Alegre – www.roeditores.com.br.

Caderno de Literatura da AJURIS

Fundado em 13 de junho de 1996. Não é vendido. Distribuição dirigida. Atendemos a pedidos na medida do possível. Aceitamos permuta com publicações congêneres. Todos os autores que participam deste número cederam suas manifestações culturais de forma gratuita. Os autores dos textos, poemas, contos, peças artísticas, etc., são responsáveis pelo seu conteúdo. São permitidas a transcrição e a citação dos textos desde que haja crédito aos autores e menção deste Caderno como fonte. Aceitamos textos para publicação, reservando-nos a faculdade de publicá-los ou não. Os textos devem ser enviados por meio eletrônico. Os enviados por meio impresso não serão devolvidos.

Conselho Executivo - Gestão 2008/2009

Presidente Carlos Cini Marchionatti
Vice-Presidente Administrativo Marco Aurélio Martins Xavier
Vice-Presidente de Patrimônio e Finanças Cristiane Hoppe
Vice-Presidente Cultural Vanderlei Deolindo
Vice-Presidente Social Cacildo de Andrade Xavier

Departamentos vinculados à Vice-Presidência Cultural

Diretora da Escola Superior da Magistratura Iris Helena Medeiros Nogueira
Vice-Diretora da Escola Superior da Magistratura Vera Lucia Fritsch Feijó
Departamento de Revista da AJURIS Elaine Harzhein Macedo
Coordenador do Conselho Editorial Nereu José Giacomolli
Revista Multijuris - 1º Grau em Ação Maira Grinblat
Coordenadora do Conselho Editorial Eliane Garcia Nogueira
Diretor do Departamento Cultural José Carlos Rolhano Laitano
Coordenadores do Caderno de Literatura Wilson Carlos Rodycz, Ruben Daniel Castiglioni, José Nedel, Mônica Esteve Ruschel e Sônia Maria de Mendonça Heinz.
Secretária do Caderno de Literatura Paula Morales
Coordenadora de Artes Plásticas Sônia Maria de Mendonça Heinz
Coordenador do Coral Irineu Mariani

Conselho editorial

Antônio Sanseverino, Jane Tutikian, José Carlos Laitano, José Nedel, Márcia Ivana de Lima e Silva, Mônica Esteve Ruschel, Myriam Dutra, Ruben Daniel Castiglioni, Sônia Maria Heinz e Wilson Carlos Rodycz

Jornalistas responsáveis

Cleber Moreira (MTb 7691), Elaine Carrasco (MTb 7535), Lisiane Mello Oviedo (MTb 12.123) e Fabiana Betat

Revisão

Luís Augusto Lopes

Projeto gráfico e editoração

Cristiano Oyarzabal e Candice Habeyche
Blink Advisory Gestão Contemporânea

Impressão

Gráfica Odisséia

Apoio

BANRISUL S.A.

Tiragem 10 mil exemplares

AJURIS - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

Rua Celeste Gobbato, 81

Fone: (51)3284.9100

www.ajuris.org.br/literatura/cadernos.htm

Email: cultural@ajuris.org.br



Fotografia: Denis Nicola



AJURIS

Associação dos Juizes
do Rio Grande do Sul

PROGRAMA
DivulgaArte